**COMUNIDADES GUARANI DA BARRAGEM E DO
KUKUTU E A LINHA DE TRANSMISSÃO DE 750 KV
ITABERÁ – TIJUCO PRETO III**

NOVEMBRO DE 2000

**COMUNIDADES GUARANI DA BARRAGEM E DO
KRUKUTU E A LINHA DE TRANSMISSÃO DE 750 KV
ITABERÁ – TIJUCO PRETO III**

RELATÓRIO DE INTERFERÊNCIAS

Maria Inês ladeira

antropóloga

São Paulo, novembro de 2000

ÍNDICE

Siglas	05
APRESENTAÇÃO	07
Grafia das palavras guarani	11
INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO INDÍGENA GUARANI	12
INFORMAÇÕES SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS GUARANI	
MORRO DA SAUDADE (BARRAGEM)	16
E KRUKUTU	33
ASPECTOS DO TERRITORIO GUARANI MBYA	40
OCUPAÇÃO GUARANI NA REGIÃO	43
ASPECTOS JURÍDICOS	46
Relação de Leis Indigenistas	48
I	
INTERFERÊNCIAS DA LINHA DE TRANSMISSÃO DE 750kV NAS COMUNIDADES GUARANI	50
RECOMENDAÇÕES	55
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	57
BIBLIOGRAFIA	60

ANEXOS

Regularização da Áreas Guarani no litoral / Histórico

QUADROS

Regularização e Demarcação das Terras Indígenas - Decreto 1775
Quadro Geral das Aldeias Guarani do Sul e Sudeste do Brasil / 2000

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA**MAPAS**

- **Ocupação Guarani e propostas para ampliação das Terras Indígenas (4)**
- **Mapas (desenhos Guarani) das aldeias Morro da Saudade e Krukutu (3)**
- **Caminhos Guarani /Projeto de Aproveitamento do Rio Capivari**
- **Plantas de Demarcação das T I Guarani Jaraguá, Barragem e Krukutu**
- **Mapas da APA Capivari-Monos (2)**
- **Reserva da Biosfera**

RELAÇÃO DA POPULAÇÃO

- **aldeia Morro da Saudade(Barragem)**
- **aldeia Krukutu**

Siglas

ABRICEM – Associação Brasileira de Compatibilidade Eletromagnética

ADA – Área Diretamente Afetada

AID – Área de Influência Direta

AIGAMS – Associação Indígena Guarani Morro da Saudade

AII – Área de Influência Indireta

APA – Área de Proteção Ambiental

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano

CEM – Campo Eletromagnético

CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

DA – Distrito Administrativo

DEMEC – (antiga) Delegacia do MEC / Representação do MEC em SP

DMA – FURNAS – Departamento de Meio Ambiente de FURNAS Centrais Elétricas S/A

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FEPASA – Ferrovia Paulista S/A.

FS – Faixa de Servidão

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

HC – Hospital das Clínicas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Instituto da Criança

IF – Instituto Florestal

IPARJ – Instituto de Pesquisa Antropológica do Rio de Janeiro

LT – Linha de Transmissão

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia

MEC – Ministério da Educação e da Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPF – Ministério Público Federal

MS – Ministério da Saúde

NEI – Núcleo de Educação Escolar Indígena

ONG – Organização não Governamental

P.R. – Procuradoria da República

PAPA – Posto Avançado Parelheiros
PSML – Projeto de Saúde Martim de Lima
PDA – Projetos Demonstrativos
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SOBEI – Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos
SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo
T – Torre
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
USP – Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

O propósito deste relatório é trazer informações sobre a situação atual das comunidades Guarani Morro da Saudade e Krukutu, tendo em vista as implicações da implantação da Linha de Transmissão de 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III (Torres 642 à 674) do Sistema de Transmissão de Itaipu, no complexo geográfico que envolve as áreas indígenas demarcadas e as demais áreas de uso - coleta, caça para subsistência, trilhas e caminhos de ligação à outras aldeias no litoral.

A abordagem sobre a ocupação Guarani neste complexo, e os elementos de análise propiciados pelos próprios índios sobre questões relativas ao meio ambiente e à subsistência, comprovam que os impactos decorrentes de projetos de desenvolvimento, via de regra, trazem danos irreversíveis que atingem não só uma parcela mas o conjunto da sociedade indígena afetada. Em se tratando de povos indígenas, como observado no documento do IPARJ (88:35 in Granado; 2000), “os danos raramente são exclusivos a um número populacional e, sim a um povo como um todo, a uma etnia, a uma cultura”. Desse modo, se é possível determinar um recorte físico da área afetada por um empreendimento, não se pode medir o grau nem o alcance das interferências nos grupos indígenas e na natureza. A própria definição do termo “impacto”, que ao meu ver se distingue dos termos interferência e influência, de utilização corrente nos relatórios ambientais e que dá nome aos EIA RIMA, indica sempre um fato ou ato de “choque”, o que torna sem sentido a avaliação de serem eles indiretos.

Adotar critérios mais amplos, que levem em conta a realidade de todos os atores envolvidos é essencial para se avaliar os efeitos dos impactos negativos e as interferências dos Projetos de Desenvolvimento nas sociedades indígenas. E, somente por meio do reconhecimento, de fato, dos direitos, conhecimentos, costumes e tradições indígenas, o quadro atual pode ser revertido.

Para se definir princípios e políticas de desenvolvimento que implicam em ordenamento territorial é preciso considerar a natureza e a sua dinâmica não só como recursos. Nesse aspecto, o conhecimento, o manejo e o modo de ocupação das comunidades indígenas e das tradicionais devem ser as referências iniciais para se ordenar as demais ocupações em cada região. Referindo-se a crítica situação territorial do Brasil, Milton Santos (2000:21) diz que “a escolha dos bons lugares já foi

entregue às empresas. As grandes empresas escolhem os lugares que lhes interessam, deixam o resto para as outras... E o Estado não deseja participar do processo de disciplinamento do território. Bom, há nessa desordem a oportunidade intelectual e política de nos deixar ver como o território revela o drama da nação, porque ele é, eu creio, muito mais visível através do território do que por intermédio de qualquer outra instância da sociedade.” O que deve, pois, ser discutido é o modelo de desenvolvimento pretendido. Ainda segundo Milton Santos, “o fato é que os agravos à natureza são sobretudo originários do modelo de civilização que adotamos. Será este irreversível? É esta a discussão que se impõe, para evitar ao mesmo tempo as ofensas à Terra e aos homens”. (2000:20).

.....

Sem condições de intervir no planejamento, ou nas ações “corretivas” da falta de planejamento, os Guarani assistem, com preocupações, a o crescimento desordenado e as ocupações irregulares das regiões onde se inserem suas aldeias. Tanto essas ocupações incontroladas que acabam exigindo projetos de infra-estrutura, como os grandes projetos com maiores projeções, significam para os Guarani, que não condicionam sua existência nas diminutas áreas demarcadas, a desfiguração do mundo e retalhação de seu território. Como diz um jovem chefe Guarani Mbya: “Antes, nós não nos preocupávamos com a destruição. Porque antes nós não tínhamos divisa e toda a região era Mbya, e não havia destruição. E agora, com a chegada do progresso, nós estamos preocupados com a destruição e fomos obrigados a ter divisas”. (Trecho de carta ao governador de São Paulo, 1997).

Como já me referi com relação a outros empreendimentos (1997) que afetam as terras indígenas, o “diálogo” proposto pelas empresas, via de regra, iniciam já com as negociações. O que fica claro é que o diálogo, no sentido participativo de discutir e contar com o conhecimento e as considerações dos índios, não é levado em conta. Pois os diálogos, isto é, as negociações, são propostos somente quando os projetos já estão sendo implantados, o que, segundo os empreendedores e investidores, os tornariam irreversíveis. Espera-se chegar, assim, a uma instância de decisões definida por concessões desiguais das partes. Porque os projetos (abastecimento, saneamento, rodovias, imobiliários, etc) que atingem as pequenas terras indígenas nas regiões sudeste - sul, quase sempre, têm gerado um impasse cujo desfecho, mesmo na instância jurídica, tem considerado o peso político que, sobretudo em relação aos projetos governamentais, a decisão acarreta. Todavia, em duas ocasiões (em 1993 e 1997), referentes a projetos de abastecimento

e saneamento da SABESP, os Guarani conseguiram reverter essa situação impedindo a continuidade de implantação dos mesmos.

“Incontáveis são as situações em que os Guarani são surpreendidos por ações que afetam o seu território. E, em quase todas, as condições de enfrentamento são extremamente desiguais. Não se pode dizer, entretanto, que as suas estratégias para conviver com essa realidade não se atualizem. Nos últimos 20 anos, as recorrentes disputas sobre as áreas que ocupam, vêm forçando os Guarani a um confronto que, todavia, preferem delegar à terceiros (seus aliados – ONGS, FUNAI, MPF). Além da briga pela terra ferir os princípios éticos de como viver e conviver no mundo, não querem se responsabilizar pela aceitação (que, de fato, quando ocorre é sempre parcial) dos termos de acordos que formalmente acontecem no âmbito das regras, das instâncias de poderes e da lógica do dominador. De todo modo, observa-se que alguns conceitos, divulgados no âmbito do discurso interno, vêm se integrando ou se adaptando ao conjunto das normas de relacionamento com os brancos.” (1997)

Em razão da localização do traçado da LT próximo das Terras Indígenas Barragem e Krukutu, o presente estudo contemplando essas comunidades foi efetivado por FURNAS por intermédio da antropóloga Maria Inês Ladeira (mediante Autorização de Serviços DMA.T 003-2000), atendendo solicitação do MPF e da FUNAI. Os levantamentos, concentrados nessas duas comunidades, não perdem de vista todavia a inserção das mesmas no contexto da sociedade Guarani como um todo, o que é fundamental na avaliação dos dados.

A complexidade da situação atual das aldeias do município de São Paulo (Barragem, Krukutu, Jaraguá), devido sobretudo à exiguidade das áreas demarcadas, às inúmeras pressões e intervenções advindas do maior centro urbano do país e ao grande contingente populacional dessas aldeias, merecem estudos antropológicos mais aprofundados, o que não é propósito nem do alcance deste trabalho realizar. Em razão da premência da realização dos trabalhos (levantamentos, consultas, relatório) relativos às comunidades indígenas, as análises e as propostas procuram atender aos requisitos apontados pela Procuradoria da República de São Paulo, endossados pela FUNAI, assim como as recomendações das comunidades Guarani. Ainda que não estejam devidamente aprofundados, procuramos fornecer informações básicas sobre essas aldeias e evidenciar alguns elementos do pensamento

Guarani que possam contribuir para o encaminhamento de ações posteriores.

Segundo definição apontada no Relatório de Interferências Ambientais da LT 750 kV (Furnas, 05/2000), a AII – Área de Influência Indireta “corresponde ao universo espacial de análise formado pelo conjunto de municípios a serem atravessados pelo empreendimento”; a AID – Área de Influência Direta “corresponde a uma faixa contígua ao empreendimento, demarcada pela distância de 1 km para cada lado do eixo de passagem da LT” e a ADA - Área Diretamente Afetada corresponde à Faixa de Servidão, configurada como “a porção espacial onde deverão incidir restrições ao uso do solo, em decorrência da implantação do empreendimento”. Desse modo, a área de ocupação Guarani na região, se encontra sob os três níveis de influência. (Mapa de ocupação Guarani, anexo)

No caso do empreendimento de FURNAS, em questão, as maiores interferências relacionam-se ao “espaço” e à natureza e suas implicações culturais no modo e na qualidade de vida dos índios Guarani. Assim sendo, é de interesse das comunidades Guarani que as alternativas de compensação sejam da mesma esfera dos prejuízos causados.

.....

A primeira parte do relatório refere-se à: dados gerais sobre o grupo indígena Guarani; informações sobre população e organização das aldeias Morro da Saudade e Krukutu e infra-estrutura existente nas áreas de educação, saúde, saneamento, abastecimento, projetos e iniciativas atuais.

A segunda parte aborda: aspectos do território Guarani e a relação com a mata atlântica do litoral; a ocupação Guarani na região; histórico da demarcação das aldeias; aspectos jurídicos e legislação indigenista.

Na terceira parte são abordados os impactos e interferências do empreendimento em questão, incluindo as observações das comunidades Guarani sobre a natureza e o ambiente; recomendações e medidas compensatórias.

A realização deste trabalho contou com a participação de representantes das comunidades Guarani, com os serviços especializados da arquiteta Maria Ignez Maricondi no levantamento e desenho cartográfico das áreas de ocupação Guarani, com o suporte e infraestrutura do escritório de FURNAS de Mogi das Cruzes (SP) e a atenção e colaboração de técnicos do Departamento de Meio Ambiente de FURNAS (RJ). Além dos dados obtidos nas aldeias Guarani durante os levantamentos de campo, todas as informações constantes nesse relatório vieram de técnicos envolvidos em ações nas aldeias: professoras da escola da aldeia Guarani da Barragem, técnico em agrofloresta, equipes de saúde e saneamento da FUNASA, técnicos da Procuradoria da República de São Paulo, da FUNAI, da SVMA do município de São Paulo, do MAE, além de consulta aos arquivos do CTI e da USP.

Grafia das palavras guarani

As palavras da língua guarani são, em sua maioria, oxítonas. Assim sendo, e seguindo o consenso, estão acentuadas somente as palavras paroxítonas e proparoxítonas. Além do acento agudo usado nas palavras não oxítonas e nas justapostas em substituição do hífen, utilizamos o til (~) que indica a nasalização da sílaba ou do vocábulo. O apóstrofo (') como indicativo de oclusão global foi dispensado a não ser excepcionalmente pois, no Guarani Mbya, seu uso seria muito amplo dada a pronúncia dos termos que, freqüentemente, sugere oclusões.

Alfabeto: VOGAIS - **a, o, e, i, u, y** (vogal gutural).
 CONSOANTES - **p, t, k** (substitui c, que, qui); **j** (som dj); **r** (sempre fraco como o som de r entre duas vogais); **x** (som tch, ch, ts); **v** (som de v ou de u conforme o termo); **g, gu, gü**. NASAIS - **mb, m, nd, n, ng, nh,** ou **ñ**.

Procuramos utilizar uma grafia bem simplificada. Porém, nas citações de outros autores respeitamos as diversas grafias apresentadas.

Com exceção dos nomes Guarani, as demais palavras estão apresentadas em itálico.

INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO INDÍGENA GUARANI

Os Guarani que vivem nas aldeias situadas no município de São Paulo (Morro da Saudade, Krukutu, Jaraguá) e nos municípios de Itanhaém e Mongaguá (Aguapeú, Itaoca, Rio Branco) são, em sua maioria, pertencentes ao subgrupo Mbya, conforme classificação etnográfica.

Classificação Geral - Língua

Atualmente, os índios Guarani que vivem no Brasil são classificados pela literatura etnográfica em três grupos - *Kaiova*, *Nhandeva* (ou *Xiripá*), *Mbya*. Essa divisão, proposta por Schaden nos anos 50 (1974: 2), baseia-se em diferenças dialetais, de costumes e de práticas rituais e pode ser observada também na disposição dos lugares e regiões que ocupam dentro de um mesmo e amplo espaço geográfico. De acordo com Aryon Dall'Igna Rodrigues (Melatti, 1987:36), Mbya, Nhandeva e Kaiova são dialetos do idioma Guarani que pertence à família Tupi-Guarani, do tronco lingüístico Tupi.

Essa classificação genérica é aceita, pelos Guarani, mais em função das diferenças que aponta do que por sua identificação com essas denominações. De um modo geral, pequenos grupos familiares, designados pelo nome do local onde viviam, ou pelo de seu líder político, compunham a nação Guarani.

Ao longo do tempo, em razão dos movimentos migratórios em direção ao leste e das novas composições de casamentos decorrentes desse movimentos, algumas diferenças culturais e lingüísticas foram atenuadas. Também as várias experiências vividas pelos Guarani (missões jesuíticas, colonização ibérica, política indigenista oficial e o contato sistemático e diversificado com a sociedade nacional) influíram nos modos de organização comunitária, promovendo novos reagrupamentos e a miscigenação entre subgrupos diversos.

Os Mbya

A identificação do grupo Mbya é determinada através de especificidades culturais e lingüísticas bem nítidas. Desse modo, a despeito dos diversos tipos de pressões e interferências que os Guarani vêm sofrendo no decorrer de séculos e da grande dispersão de suas aldeias, os Mbya se reconhecem plenamente enquanto grupo diferenciado. Dessa forma, apesar da ocorrência de miscigenação entre os grupos Guarani, os Mbya mantêm uma unidade religiosa e lingüística bem determinada que lhes permite reconhecer seus iguais mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidos por distintas sociedades nacionais (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai). (Ladeira, 92)

Embora controvertidos, os estudos recentes sobre os Guarani apontam que os Mbya descendem dos grupos que não se submeteram aos encomenderos espanhóis e tampouco às missões jesuíticas, refugiando-se nos montes e nas matas subtropicais da região do Guaira paraguaio e dos Sete Povos. No século XIX aparecem na literatura com o nome genérico de Caingua ou Kayguá. Kayguá, explica Cadogan (1952:233),

provém de ka'aguygua, nome depreciativo aplicado aos Mbya que significa "habitantes da matas". Hélène Clastres (1978:10), entretanto, afirma que "descendem dos caiguás provavelmente os três grupos guaranis - mbiá, xiripá e paim" - que tendo escapado dos colonos e dos jesuítas conservaram sua autonomia, porque se estabeleceram num território que, durante muito tempo, permaneceu inacessível. Daí a denominação de caaiguás ou cainguás (gente da floresta) que lhes foi atribuída.

Localização

No Brasil, os **Kaiova** concentram-se em várias aldeias no Mato Grosso do Sul sendo que atualmente algumas famílias são encontradas no litoral (SP, RJ e ES) próximo de aldeias Mbya . Ao contrário dos Mbya e Nhandeva que reivindicam exclusividade do termo Guarani para se identificarem perante a sociedade nacional, os Kaiova preferem se nomear exclusivamente Kaiova. No Paraguai são identificados como Pãi Tavyterã e localizam-se na região oriental.

Os **Nhandéva (Xiripa)**, no Brasil são encontrados na área indígena de Araribá situada no interior do estado de São Paulo, em várias aldeias no Mato Grosso do Sul, no litoral paulista e no litoral catarinense, no interior do Paraná e do Rio Grande do Sul. No Paraguai, concentram-se na região compreendida entre os rios Jejuí Guazu, Corrientes e Acaray, tendo por vizinhos ao sul os Mbya , ao norte os Pãy Tavyterã e, a leste os Aché Guajaki (Perasso, 1987). *Nhandéva* quer dizer "nós" ou "nossa gente" ou "os que somos nós".

Os **Mbya**, que também se autodenominam Nhandéva, estão presentes em várias aldeias na região oriental do Paraguai. no nordeste da Argentina (província de Misiones e norte do Uruguai. No Brasil encontram-se em aldeias situadas no interior e no litoral dos estados do sul - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul - e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo em várias aldeias junto à Mata Atlântica do litoral. Também na região norte do país encontram-se famílias Guarani Mbya originárias de um mesmo grande grupo e que vieram ao Brasil após a Guerra do Paraguai e, atualmente, vivem no Pará (mun. de Jacundá), em Tocantins numa das áreas Karajá de Xambioá, além de poucas famílias dispersas na região. Para Schaden (1974:3), "Mbuá (gente) é a denominação mais usada pelos Guarani conhecidos na bibliografia como Kainguá, Kaivá, e a que os Nhandéva chamam Tambéaópé ('Chiripá largo') ou Txeiru, ñaneiru ('meus', ou 'nossos' amigos)". Segundo os Guarani, a tradução 'gente' para Mbya refere-se à qualidade de humanidade, no sentido da coletividade deste grupo Guarani.

A população Guarani no litoral é, atualmente composta pelos Mbya e Nhandeva. Conforme registros históricos e etnográficos, até meados do século XX a população originada de famílias Nhandeva predominava no litoral sul de São Paulo e Santa Catarina (aldeia Morro dos Cavalos). Levantamentos realizados a partir das décadas de 60 / 70 atestam que os Mbya predominam numérica (e politicamente) em toda a faixa litorânea.

As aldeias Guarani no litoral estão distribuídas numa longa faixa geográfica que se estende do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo. Seu contingente

populacional é composto por grupos familiares que, historicamente, procuram formar seus assentamentos junto às regiões montanhosas da Mata Atlântica, como a Serra do Mar, Serra da Bocaina, Serra do Tabuleiro, entre outras. Dentre os subgrupos hoje existentes no Brasil são os Mbya que vem dando continuidade aos processos de migração em direção à costa Atlântica.

Aspectos do contato

Os Guarani possuem uma história antiga (desde o século XVI) e conturbada de contato, configurada pelo confisco de seu território. No Brasil, os Guarani, além de carregarem o estigma de “índios aculturados” em virtude do uso de roupas e outros bens e alimentos industrializados, são considerados como índios errantes ou nômades, estrangeiros (do Paraguai), etc. Esse fato, aliado à aversão desses índios em brigar por terra, via de regra era distorcido de seu significado original e utilizado para reiterar a tese, difundida entre os brancos, de que os Guarani não precisavam de terra pois nem “lutavam” por ela. Dessa forma, favorecendo os interesses fundiários e econômicos especulativos, pretendeu-se descaracterizar a ocupação territorial Guarani negando-lhes, sistematicamente, o direito à terra. (Ladeira, 1992: 9).

Os Guarani Mbya referem-se aos brancos como jurua. Não se sabe ao certo desde quando empregam esse termo porém, hoje, ele tem uso corrente e parece destituído de seu sentido original. Jurua quer dizer, literalmente, “boca com cabelo”, uma referência à barba e ao bigode dos europeus portugueses e espanhóis conquistadores. De todo modo, o nome jurua foi criado a partir do contato com o brancos colonizadores e passou, com o tempo, a ser uma referência genérica aos não índios. (Ladeira, 1992)

Além da tolerância e diplomacia, somam-se características do contato sistemático, desde a Conquista, que produziu, nesse povo, formas muito específicas para preservarem suas tradições e estabelecerem relações com a sociedade dominante. Os Guarani, às custas do contato antigo e intenso com os brancos caracterizado por perseguições culturais e físicas, desenvolveram vários mecanismos para guardar e viver suas tradições culturais e religiosas, garantindo sua reprodução enquanto povo e etnia. Seus métodos não excluíram o convívio inevitável com o branco, com quem sempre procuraram manter um relacionamento amistoso. A demonstração de respeito aos costumes e religiões alheias, o modelo de trajar-se copiado da população regional significavam, mais do que a submissão a um processo contínuo de aculturação, uma estratégia de auto-preservação. Desta forma, sob o traje que encobre diferenças profundas, os Guarani tentaram, embora nunca renegando sua condição de índios, com tolerância e intencional opacidade, resguardar-se de novas feridas. (Ladeira, 1989)

No litoral do Brasil, em virtude das crescentes pressões exercidas pela sociedade envolvente, os Guarani perderam áreas que jamais poderão retomar, desviaram sua trajetória em função das novas rodovias, mas conseguiram manter as aldeias como pontos estratégicos e vitais que permitem manter a configuração de seu espaço e presença junto à Serra do Mar e à mata Atlântica. (Ladeira e Azanha, 1987).

Organização Social

Os lugares onde os Guarani formam seus assentamentos familiares são identificados como *tekoa*. *Tekoa* segundo Montoya, significa “modo de ser, de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, costumes”. *Tekoa* seria, pois, o lugar onde existem as condições de se exercer o “modo de ser” Guarani. Podemos qualificar o *tekoa* como o lugar que reúne condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégias que permitem compor, a partir de uma família extensa com chefia espiritual própria, um espaço político-social fundamentado na religião e na agricultura de subsistência. Para que se desenvolvam relações de reciprocidade entre os diversos *tekoa* Mbya é preciso, pois, que estes, em seu conjunto, apresentem certas constantes ambientais que permitam aos Mbya exercerem seu “modo de ser” e aplicar suas regras sociais.

Os *tekoa* Guarani Mbya podem ser formados a partir de uma família extensa desde que tenha uma chefia espiritual e política própria. O seu contingente populacional varia, de um modo geral, de 20 a 300 pessoas, compondo unidades familiares integradas pelas chefias espiritual e política que podem coincidir. A organização espacial interna das aldeias é determinada pelas relações de afinidade e consangüinidade.

Segundo os padrões tradicionais Guarani, a família extensa é composta, em princípio, pelo casal, filhas, genros e netos, constituindo-se numa unidade de produção e consumo. Atualmente, a família extensa, ainda que tenha algumas variantes na sua composição, é a unidade de produção. Porém, a “propriedade” das roças e o consumo dos produtos é da família elementar, depois do nascimento dos filhos do casal. Isto não exclui os serviços nas roças do sogro e a realização de mutirões entre as famílias.

“Devido às migrações e à mobilidade entre as aldeias, os Mbya vivem em contínuo processo de reorganização social. E sob o determinador da busca de localização num espaço que facilite o acesso à *yvyju miri*, (‘a terra sem mal’) dão forma e estrutura à sua movimentação. Desse modo, e sob a observância severa das regras, esses índios conseguem, tão criativamente, torná-las maleáveis o suficiente para que, sem transgredi-las possam se reproduzir cumprindo seu projeto.” (Ladeira: 89:56))

INFORMAÇÕES SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS GUARANI MORRO DA SAUDADE (BARRAGEM) E KRUKUTU

As informações aqui contidas restringem-se aos projetos, ações e infra-estruturas atuais, observadas nas aldeias no período dos levantamentos de campo. Forneceram informações: representantes Guarani, professoras da escola da aldeia da Barragem, coordenadores da FUNASA, Equipe de Saúde da SES, PAPA de Parelheiros, técnicos da SVMA, do Projeto de Saúde Martim de Lima, do CTI, da SMA, do CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, do convênio SOBEI/ Secretaria Municipal de Bem Estar Social.

Outras relações, eventuais ou constantes, são mantidas com pessoas e entidades religiosas e assistenciais, com estudantes, pesquisadores, escolas, imprensa, etc. e são gerenciadas pelas próprias comunidades.

OBS.: Os dados mencionados sobre as duas aldeias são complementares.

milho guarani

ÁREA INDÍGENA GUARANI DA BARRAGEM

Nome

Na década de 70, uma pequena placa na entrada da aldeia indicava o nome da aldeia “VILA GUARANI”. No início dos anos 80 a comunidade alterou o nome para “MORRO DA SAUDADE”, e assim é conhecida desde o período dos levantamentos para sua demarcação até os dias de hoje. Recentemente a comunidade escolheu o nome guarani da aldeia: TEKOA TENONDE PORÃ. Este nome se originou do grupo de canto e dança “Tenonde Porã”, das crianças da aldeia e, o sentido, segundo explica seu idealizador Valdelino Cordeiro Veríssimo, é “luz e esperança” ou “aliança para o futuro”.

Localização e acesso

Situada na zona sul do município de São Paulo, no Distrito Administrativo (55) de Parelheiros, no bairro Barragem, grande parte da área indígena está às margens da represa Billings. Do centro de São Paulo (Praça da Sé - catedral), dista cerca de 50 km.

O acesso se faz pela Avenida Senador Teotônio Vilela até o centro de Parelheiros. A partir da Praça Professor Júlio César de Campos (centro de Parelheiros - igreja matriz), segue-se à esquerda pela estrada da Colônia por 5,3 km. Do centro do bairro Colônia (igreja) segue-se pela estrada da Barragem cerca de 7 km (cruzando a estrada de ferro – FEPASA na altura de 4 km), até a Rua João Lang, à esquerda da estrada da Barragem. Da Rua João Lang, após 300 m atinge-se a divisa da área indígena. Um pouco mais adiante, na entrada da aldeia há uma placa onde consta o endereço: Rua João Lang, nº153, cep: 04895 070, São Paulo. Outra entrada da aldeia encontra-se 600 m adiante da Rua João Lang, pela estrada da Barragem, próximo à comporta da represa Billings.

Situação Fundiária :

A comunidade Guarani possui cerca de 26,30 ha de área demarcada e homologada conforme decreto nº. 94223 de 14/04/87 (DOU 15/04/87. Proc. SPU 23917/87-39. Devido ao crescimento acelerado e desordenado da região, a comunidade vem, nos últimos anos, solicitando à FUNAI novos estudos de Identificação para ampliação dos limites da área indígena.

O distrito de Parelheiros limita-se ao sul com o distrito de Marsilac, ao norte e à leste com o de Grajaú e à oeste com os de Cidade Dutra e Jardim Ângela. Em Parelheiros há um Posto Avançado PAPA – Posto avançado de Parelheiros, que atende os bairros da região e encaminha as questões relativas à saneamento básico, infra-estrutura, ocupações e regularização fundiária, etc. à Administração Regional Capela do Socorro (Rua Cassiano dos Santos nº 499, Largo do Rio Bonito, São Paulo, fone: 5667 3700), a qual é vinculado.

Em razão da presença das represas Billings e Guarapiranga, toda a região está inserida em Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, regida pela Lei Estadual 9866/97 – Diretrizes e Normas para

a Proteção e Recuperação das Bacias Hidrográficas dos Mananciais de Interesse Regional. Visando regularizar e normatizar a desordenada ocupação que contraria as Leis 898 de 18/12/1975 e 1172 de 17/11/1976 que estabelecem parâmetros de uso e ocupação do solo para evitar o adensamento populacional e a poluição das águas nas áreas de Mananciais, A SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo está realizando o levantamento fundiário de toda a área abrangida pelo projeto de criação da APA Municipal Capivari-Monos, na qual se sobrepõem as áreas das aldeias Guarani da Barragem, do Krukutu e parte da área da aldeia do Rio Branco. A área proposta para a APA engloba parte das bacias hidrográficas do Guarapiranga e da Billings e toda a bacia hidrográfica do Capivari-Monos.

Pela localização das aldeias da Barragem e do Krukutu, às margens da represa Billings, ainda deveria ser observada a lei 9433 de 8/01/1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos:

CAPÍTULO III DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Art. 37 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

- I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;
 - II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou
 - III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.
- Parágrafo único - A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 38 - Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

- I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- VII - (VETADO)

VIII - (VETADO)

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único - Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

Art. 39 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I - da União;

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º - O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2º - Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º - Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União;

II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

A proteção ambiental do entorno das Terras Indígenas, prevista no decreto 1141 de 19 de maio de 1994, também contribuiria, se observada, para impedir o crescimento desordenado da região e as pressões advindas da degradação ambiental, nas comunidades Guarani da Barragem e do Krukutu. Pois, de acordo com o decreto 1141, em seu

CAPÍTULO II – Da Proteção Ambiental,

artigo 9º - As ações voltadas à proteção ambiental das terras indígenas e seu entorno destinam-se a garantir a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, contemplando:

I – diagnóstico ambiental para conhecimento da situação, como base para as intervenções necessárias;

II – acompanhamento e controle da recuperação das áreas que tenham sofrido processo de degradação de seus recursos naturais;

III – controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas fora dos limites das terras indígenas que afetam; ...

População

Em setembro/outubro de 2000 encontravam-se cerca de 124 famílias nucleares residindo na aldeia. Por ser uma área pequena para tantas famílias, os núcleos residenciais agregando casas de integrantes de uma mesma família extensa não são muito nítidos. Porém, a organização espacial com relação às casas e roças segue uma ordem e lógica determinada pelos moradores mais antigos que conservam os mesmos locais desde a década de 70.

Como as demais aldeias Guarani Mbya, as relações de parentesco e reciprocidade extrapolam os limites da aldeia estendendo-se às diversas regiões do território Guarani onde se inserem suas aldeias, constituindo assim uma grande rede de comunicação e de intercâmbios econômicos culturais (sementes, espécies vegetais e medicinais, artefatos de uso, etc). Somente um levantamento genealógico atualizado de todas as famílias poderia precisar melhor quais as aldeias mais envolvidas hoje. Genealogias foram realizadas pelo CTI entre 1979 (relatórios, CTI) e 1987 (Ladeira e Azanha, 1988) quando se verificou a interligação de parentesco entre todas as aldeias do litoral e algumas do interior do Pr, SC e RS. Atualmente, observa-se nessa aldeia maiores relações com as aldeias de Palmeirinha (Pr), Rio das Cobras (Pr), Krukutu, Jaraguá, Itaoca, Capoeirão.

Em termos populacionais, considerando-se as demais aldeias Guarani Mbya, a aldeia da Barragem apresenta uma peculiaridade que não deve ser ignorada. Em geral, é praxe o jovem procurar esposa em outras aldeias, onde provavelmente passa a viver integrando-se ao núcleo residencial do sogro. Desse modo, o “controle” populacional das aldeias Guarani Mbya, está aliado às dinâmicas definidas pelos casamentos e pela reciprocidade entre afins. Já na aldeia da Barragem, em virtude do grande número de famílias de composição e procedências diversas, atraídas e estabelecidas por razões de diversas ordens (localização estratégica e histórica do planalto paulista ao acesso às aldeias do sul e litoral sudeste, alternativas econômicas produzidas por programas governamentais e outros, etc), os jovens passaram a

encontrar possibilidades de casamentos no interior da própria aldeia (o que confirmam os representantes da aldeia) sem ferir as regras sociais e de consangüinidade. Assim, o aumento do número de famílias, ocorrido nos últimos anos, acabou promovendo, por sua vez, um crescimento não só populacional, relacionado também à mobilidade Guarani Mbya, como demográfico, haja visto o grande número de crianças nascidas desses casamentos. É, pois, fundamental considerar essa situação na realização de programas e ações de assistência. Somente um estudo mais detalhado e bem orientado pode esclarecer também como a própria comunidade está se organizando a partir dessa nova dinâmica populacional interna.

O levantamento da população residente na aldeia, durante o período de outubro de 2000 é de 574 pessoas, assim divididos por sexo e faixa etária:

Idade (anos)	mulher %	homem %
0 - 07	20	15
08 - 13	8,5	10,5
14 - 20	7,5	8
21 - 35	9,5	8
35 - 50	3	3
50 - 70	2	2
> 70	2	1

Segundo o relatório do diagnóstico da aldeia Morro da Saudade (Projeto BRA 95/014 – Apoio à SEF/MEC e Secretarias Estaduais/Municipais de Educação na Implantação de Ações de Educação Fundamental no País), elaborado em outubro de 1997, haviam na aldeia 86 famílias, cerca de 366 pessoas. No “Projeto de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – Aldeias Morro da Saudade e Krukutu”, MS/FUNASA, janeiro de 2000, constam 511 pessoas sendo que 26% são crianças de até 4 anos de idade.

Organização

O cacique é a autoridade maior nas aldeias Guarani, a quem compete representar os interesses gerais da comunidade, perante a própria comunidade e junto aos diversos setores da sociedade nacional. Também cabe a ele delegar a outros algumas funções bem como se fazer

representar. De um modo geral, nas aldeias Guarani Mbya da atualidade, o cacique é chefe ou integrante do grupo local dominante na aldeia e, em alguns casos, exerce, além da chefia política, a chefia religiosa. Nas aldeias que agregam maior número de famílias extensas já estabelecidas localmente há algum tempo, a escolha do cacique pode ser decidida por uma “eleição”. Também observa-se nessas aldeias o deslocamento da chefia política em relação à religiosa.

Nos anos 60 e até meados de 70, a função de cacique da aldeia da Barragem era desempenhada por Eduardo Martins da Silva que, por volta de 1977, passou a chefia a Nivaldo Martins da Silva, seu filho. A partir de 1981, José Fernandes Soares (conhecido como Kamba Puku) exerceu a chefia espiritual e política da aldeia, alternando-a eventualmente com a do Krukutu com Nivaldo M. da Silva, até 1997, quando mudou-se para a aldeia Boa Vista (mun. Ubatuba – SP). Desde então, através de eleição, Manuel Lima é o cacique e Timóteo da Silva é o vice-cacique.

A comunidade possui uma associação denominada AIGAMS – Associação Indígena Guarani Aldeia Morro da Saudade, fundada no final de 1996, registrada em cartório segundo os moldes das organizações civis. Sua diretoria é composta, atualmente pelos seguintes membros:

Presidente: Timóteo da Silva Vera Popygua (que também é o vice cacique da aldeia).

Secretário executivo: Manuel Lima, cacique.

1º Tesoureiro: Dinarte Benites Guarani.

2º tesoureiro: Alísio Gabriel

Há outras representações institucionais relacionadas à saúde, educação e cultura. Alguns acumulam outras responsabilidades, enquanto outros exercem uma atividade exclusiva. Manuel Lima é ainda representante do Conselho Distrital de Saúde das áreas Guarani de São Paulo (Barragem, Krukutu, Jaraguá) cuja sede é em Curitiba (Pr). Valdelino Cordeiro Veríssimo é da diretoria do Posto de Saúde da aldeia e Joaquim Karai Lima representa o Conselho Municipal de Saúde. Há 4 agentes de saúde: Nelson Karai Lima, Lísio Mirim Lima, Maurício da Silva e Miguel Veríssimo que se ocupa também da manutenção dos canos de água e de ações de saneamento básico. Elias Honório dos

Santos é da diretoria da escola da aldeia. Participam ainda do NEI- Núcleo de Educação Indígena e da Comissão Étnica.

Além dessas funções que implicam em intermediações constantes com as diversas instituições governamentais, os Guarani que vivem na aldeia da Barragem preservam e respeitam alguns papéis e funções que dizem respeito exclusivamente às questões internas, relativas aos seus costumes e tradições. Assim, a chefia espiritual é desempenhada pela *Kunhã Karai Para Poty* (Virgínia Veríssimo), e pelos pajés (*oporaive*) *Guirapepo Karai Poty* (José Fernandes Soares), que vive atualmente na aldeia do Jaraguá e por *Papa* (Adão Benites) que vive na aldeia do Krukutu. Os dirigentes dos *xondaro ruvixa* (guardiões da comunidade) são *Karai Papa* (Casimiro) e *Karai Güyra* (Isac) e o *xondaro ruvixa* da *opy* (casa de rezas) é *Tupã Mirim* (Osmar).

A casa de rezas (*opy guaxu*) é o local que congrega todas as famílias da comunidade, onde são realizadas reuniões coletivas, as rezas cotidianas, rituais de cura e cerimônias tradicionais como o *nheemongarai* (atribuição dos nomes às crianças), o *ka'a nheemongarai* (benzimento da erva mate) e o *avaxi nheemongarai* (benzimento do milho guarani) entre outros.

Infra Estrutura, projetos e ações alternativas

Educação

A aldeia possui uma escola construída pela prefeitura em 1990. Em 1998, foi reformada e equipada pela SEE /SP, que a mantém. Suas instalações estão aparentemente conservadas. Possui duas salas de aula, uma sala para secretaria, uma cozinha, uma sala - refeitório dois banheiros (1 feminino e 1 masculino) e um bebedouro. Segundo o diretor da escola, Elias Honório dos Santos, a comunidade e as professoras aguardam reforma e ampliação (mais três salas de aula).

A escola da Barragem é chamada “Guyra Pepo” e é vinculada à Escola Estadual de 1º Grau Belkice Manhães Reis. Desde 1998/1999, duas professoras dão aulas para as 3ª e 4ª séries no período da manhã, e, à tarde, outras professoras dão aulas para a 1ª e a 2ª séries do ensino fundamental. Dois professores Guarani, Giselda e Marcelo, dão aula de alfabetização em guarani. No final da tarde, a partir das 17 horas, há atividades educativas para crianças de até 7 anos. Durante os

anos de 1998 e 1999, uma educadora da FUNAI sediada em São Paulo, na Casa do Índio, assessorava as professoras. 115 crianças frequentam aulas de 1ª à 4ª séries e 22 as atividades pré escolares.

A constituição Federal de 1988, através de seu artigo 210, assegura às sociedades indígenas o direito ao ensino fundamental e, conforme §2º, “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. O MEC publicou, em 1993, as “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena” que define os parâmetros de atuação das instituições governamentais de Educação e, recentemente o “Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI, “objetivando oferecer subsídios para a elaboração de projetos pedagógicos para as escolas indígenas, de forma a melhorar a qualidade do ensino e a formação dos alunos indígenas enquanto cidadãos. (Rhoden, s/d.:8). A portaria 559/91 determina a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena – NEIs, nas Secretarias Estaduais de Educação, para atuar na educação escolar indígena. O NEI/SP foi criado junto ao Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, por resolução SE nº 44, de 18/04/97.

O NEI/SP é constituído por um Conselho Geral e por Comissões Étnicas Regionais. O Conselho é formado por 5 representantes da Secretaria de Estado da Educação, 1 representante de cada uma das Instituições: FUNAI, DEMEC, UNDIME, Universidades, ONGs, Comunidade Solidária e representantes das etnias indígenas do Estado de São Paulo: Guarani, Kaingang, Terena, Krenak, Pankararu. As Comissões Étnicas Regionais são constituídas por pelo menos 1 representante de cada aldeia da região, 1 representante da Delegacia de Ensino e do órgão municipal de educação, 1 das Universidades, 1 das ONGs, 1 da FUNAI, 1 da DEMEC e dos demais órgãos públicos, até 16 membros, no máximo. A Comissão Étnica Regional do município de São Paulo abrange as aldeias Morro da Saudade (Barragem), Krukutu e Jaraguá. Os representantes da aldeia na Comissão Étnica são Elias, Timóteo, Manuel Lima, Marcelo, Profª Lia (3ª série).

Segundo o RCNEI e o regimento interno do NEI (capítulo IV – Das atribuições do Conselho Geral e das Comissões Étnicas Regionais, artigo 11), estão previstos incentivos para projetos didáticos-pedagógicos. Entretanto, até o momento não houve iniciativas concretas (contratação de equipe multidisciplinar especializada na elaboração de

materiais especiais) para elaboração de materiais didáticos apropriados aos índios Guarani e correspondentes ao ensino fundamental. Essa lacuna promove alguns impasses de entendimento, que os materiais comuns ou adaptações improvisadas não podem resolver, e que podem refletir na relação aluno - professor e no grau de expectativas de ambas as partes e da comunidade indígena em seu todo. Fica ainda a questão de como se formar professores índios e capacitar professores brancos na tarefa pedagógica de ensinar, como prevê o mesmo artigo 11 do NEI, sem o suporte de materiais didáticos com conteúdos adequados e cumprindo o que dispõe o RCNEI. Em conversa com representantes Guarani da Barragem eles constataram que o material didático constituiu-se na ferramenta do trabalho. “É como um pai ensinar ao filho plantar sem a semente”. Pode-se falar da importância e explicar como se deve fazer, mas não se pode fazer.

Os principais problemas levantados pelas professoras são: falta de recursos para manutenção e equipamentos da escola e materiais didáticos apropriados. As dificuldades e questões apontadas pelo diretor Guarani são: falta de registros de nascimento para muitas crianças, o que é exigido pela Delegacia de Ensino, não existe um sistema constante e eficaz para providência de documentos pela FUNAI; faltam vagas na escola para muitas crianças; a separação das crianças que só se encontram reunidas após as 19 horas, na casa de rezas (*opy guaxu*); o funcionamento em período integral da escola que obriga a sua presença também integral, ressentindo-se da falta de tempo para realizar outras atividades (artesanato, roça, etc.).

Essa última questão mencionada por Elias diz respeito à nova dinâmica que a escola, funcionando diariamente em 3 turnos, trouxe ao cotidiano da aldeia. Uma mãe que têm filhos em idades variadas não os encontra juntos em nenhum momento do dia. Da mesma forma o convívio entre as crianças passa a ser segmentado pela faixa etária escolar. Os representantes presentes concordaram que o ideal seria que todas as atividades escolares se restringissem a um só período do dia, reunindo todas as crianças num espaço maior, e conservando o resto do dia para as demais atividades coletivas tradicionais que fazem parte do cotidiano indígena. Observando a diferença do cotidiano familiar e sobretudo o infantil, em aldeias indígenas sem tantas intervenções em seu ritmo e em suas atividades próprias e coletivas, pode-se deduzir que as recentes transformações no âmbito doméstico e familiar, com seus membros inseridos numa série de papéis e funções integrais que os

distanciam das atividades tradicionais de subsistência, não foram avaliadas no sentido da maior dependência que acarretam de um modelo econômico exterior gerado e gerenciado de fora para dentro.

Saúde

Vários Programas e ações de saúde temporários ou esporádicos já foram realizados na aldeia, a partir de 1978. Estão mencionadas aqui as constatadas durante os levantamentos e as mencionadas pelos Guarani.

A atenção à saúde indígena é, de acordo com a medida provisória nº 1911-08 de 29/07/99 e a lei 9836 de 23//09/99, de responsabilidade do MS - Ministério da Saúde, competindo à FUNASA – Fundação Nacional de Saúde a implantação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Este subsistema é composto de 34 DSEI – Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que articulam-se com a rede do SUS – Sistema Único de Saúde.

As aldeias Guarani Mbya e Nhandéva (ou Xiripa) das regiões sul e sudeste do Brasil, que possuem entre si estreitas relações sociais e de parentesco, estão na área de abrangência dos DSEI 11 (MG e ES), 12 (interior sul – SP/Pr/SC/RS) e 17 (litoral sul – RJ/SP/Pr/SC/RS). As aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá, situadas no município de São Paulo, pertencem ao 17 DSEI, cuja sede é em Curitiba - Pr.

As aldeias da Barragem e do Krukutu situam-se na área de abrangência do Núcleo Regional de Saúde 2 da DIR 1 - Diretoria Regional de Saúde da capital, da SES. O Núcleo 2 da DIR abrange a região sul do município de São Paulo envolvendo 15 DA - Distritos Administrativos, divididos em 5 micro-regiões e corresponde a 43% do território do município concentrando cerca de 2.127.062 habitantes. (Projeto de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, SES, MS/FUNASA, 2000). O DA Parelheiros onde se inserem as aldeias da Barragem e do Krukutu, situa-se na Micro Região 5.

As ações de saúde e saneamento nas aldeias do Estado de São Paulo são desenvolvidas sob coordenação da CORE-SP - Coordenação Regional de São Paulo que, em sua estrutura, possui 3 setores ligados ao atendimento aos índios: Serviço de Engenharia de Saúde Pública; Serviço de Apoio à Vigilância e Controle de Endemias;

Assessoria de Saúde Indígena, que coordena, supervisiona e promove as ações de saúde. Segundo o assessor Paulo César da Silva, a Assessoria de Saúde Indígena da CORE -SP possui uma equipe de apoio formada por 1 guarda de endemias (que acompanha os agentes de saúde indígenas nas internações e altas e no transporte de pacientes), 1 antropólogo, 2 atendentes de enfermagem, 1 digitadora e 1 motorista. A Assessoria de Saúde Indígena articula as ações de saúde através de convênios. Os convênios atuais da FUNASA são com a Associação dos Rondonistas (responsável pela contratação dos agentes indígenas de saúde e saneamento) e a SES – Secretaria Estadual de Saúde que formaliza e articula outras parcerias para o atendimento de saúde nas aldeias. Atualmente, a Saúde em São Paulo é municipalizada o que impõem convênios.

A SES, por sua vez, fez um convênio com o Instituto da Criança do Hospital das Clínicas para contratação de uma equipe de saúde para atendimento às aldeias Guarani da Barragem e do Krukutu. Um médico do Instituto da Criança, que há 2 anos atende a aldeia, coordena uma equipe multidisciplinar formada por uma socióloga, 1 médica, 1 dentista, 1 enfermeira, 1 auxiliar de enfermagem, 1 motorista e está prevista a contratação de 1 auxiliar administrativo indígena e 1 auxiliar de limpeza indígena. Além destes técnicos a equipe está definindo parcerias formais para higiene bucal e atendimento odontológico com a UNICSUL - Universidade Cruzeiro do SUL, USP – Universidade São Paulo e UNIB - Universidade Ibirapuera. Segundo as normas do MS, a Atenção à Saúde da Família envolve 5 programas : criança, idoso, adulto, mulher e saúde bucal.

O atendimento pela equipe deverá acontecer 3 vezes por semana na aldeia da Barragem e 1 vez por semana na aldeia do Krukutu.

Um médico e uma enfermeira, contratados pela SMA - Equipe Indigenista, preferiram não definir parcerias com o Programa de Saúde da FUNASA, e não vêm prestando atendimento sistemático na aldeia.

Há um Posto de Saúde na aldeia da Barragem denominado “Vera Poty”, cuja tradução impressa nas suas paredes é “flor que brilha”. Foi construído em 1999 através de uma doação pessoal de Lázaro Piunti (então presidente do CDHU). A FUNASA pretende equipar este Posto de Saúde.

As referências para urgências e internações é o Hospital Geral de Pedreira e o PAS de Parelheiros.

Os profissionais do Instituto da Criança afirmam que a taxa de mortalidade infantil é muito alta (cerca de 25%) e as principais causas são desnutrição, doenças respiratórias. Para a socióloga do IC - HC falta alternativas de subsistência para uma alimentação mais tradicional e sadia.

Segundo o assessor de Saúde Indígena da FUNASA, a Equipe de Serviço à Vigilância e Controle de Endemias está encaminhando junto à SES, um programa de esclarecimentos sobre DST / AIDS nas 23 aldeias indígenas envolvendo as demais etnias do Estado de São Paulo.

Este sistema de saúde indígena é ainda muito recente (menos de 1 ano) e os programas estão em fase de implantação pela FUNASA e SES. No âmbito estrutural, segundo o assessor Paulo César da Silva, há problemas de operacionalização no distrito 17 que atende o povo Guarani em toda a faixa do litoral, devido sua grande extensão (RS – RJ).

Saneamento e Abastecimento

Segundo o cacique a comunidade conta com um poço artesiano construído pela FUNASA e há outro que está sendo perfurado. Há ainda 2 poços artesanais “que não estão funcionando” e dois poços comuns antigos. Até essa data a comunidade contava com poços comuns custeados pelo CTI e, posteriormente, por outras entidades. Entretanto a água sempre que analisada mostrava alto índice de contaminação decorrente da poluição da represa Billings. Sistema de tratamento de água reservada em caixas d’água também foi tentado mas a manutenção de um sistema é, quase sempre, mais complexa do que sua implantação.

Segundo o responsável pelo Serviço de Engenharia de Saúde pública da CORE-SP/ FUNASA, Walter Gomes Gonçalves, por volta de 1993, a SABESP passou a abastecer a aldeia com um caminhão pipa, porém o atendimento foi rareando, não suprimindo as necessidades mínimas da comunidade. Quando a aldeia passou a contar com energia

elétrica a construção de poços artesianos foi possível e a manutenção do sistema passou a ser feita pela FUNASA.

Até a década de 70, a aldeia contava com água de um açude, que atualmente precisa ser recuperado. Há 4 minas de água usadas para consumo pela comunidade, que se encontram fora da área demarcada. A represa Billings que banha o entorno da aldeia não pode ser utilizada potencialmente nem para os banhos, nem para pesca. Até meados dos anos 80 era frequentada pelas crianças e para atividade de pesca mas, hoje, negam usar em razão das advertências dos técnicos de saúde. Segundo informação do responsável pelo Serviço de Engenharia de Saúde pública da CORE-SP/ FUNASA, Walter Gomes Gonçalves, a Constituição paulista de 1989 proibiu o bombeamento, para fins de produção de energia elétrica, do Rio Pinheiros um dos principais agentes contaminadores da Billings, o que reverteu na melhoria parcial da qualidade da água.

A FUNASA construiu, em 1999 - 2000, 33 módulos sanitários coletivos. Alguns recusam-se a usar por ser um local fixo comum, a que chamam *poxykua*, para as necessidades individuais.

A aldeia conta com energia elétrica desde 1991 quando a ELETROPAULO instalou postes para iluminação dos caminhos internos da aldeia, a partir de um projeto de eletrificação da região de Parelheiros. A partir de então, a comunidade estendeu a eletricidade para as casas. Atualmente pagam, a cada 3 meses, a tarifa mínima no valor atual de R\$ 12,00 por casa., segundo afirmação de representantes da aldeia. A FUNASA está tentando refazer o sistema de distribuição nas casas e vêm pagando a conta de energia elétrica relativa à bomba do poço artesiano.

Os principais problemas levantados pelo responsável pelo Serviço de Engenharia e Saúde Pública da FUNASA referem-se ao funcionamento do sistema de água que exige mão de obra especializada para manutenção do quadro de comando das bombas dos poços artesianos e à insuficiência de água em termos quantitativos e qualitativos para a demanda da comunidade. Além destes a precariedade do sistema de energia elétrica existente.

Por solicitação do Serviço de Engenharia de Saúde Pública, a ENTERPA que presta serviços à Administração Regional Capela do

Socorro, colocou caçambas e recolhe o lixo 2 vezes por semana, nesta aldeia.

Há um telefone comunitário situado no pátio da escola.

Assistência

A SOBEI – Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos, através de convênio com a Secretaria de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, apoia, segundo o vice cacique atividades educativas tradicionais “*Nhande arandu pygua*”(artesanato, plantio, viagens para buscar material – madeiras, cipós, sementes - em outras aldeias para fazer artesanato), além de outras como “fazer cercas com plantas e recolher o lixo”. Essas atividades são desenvolvidas numa edificação já existente, ao lado da escola. A SOBEI fornece, no local, almoço e lanche às crianças, gestantes e idosos. Segundo o vice cacique há 1 cozinheira, 1 educadora de saúde, 1 coordenadora geral. Entre os índios estão contratados 2 auxiliares de cozinha, 1 auxiliar de limpeza, 1 monitora, 2 monitores homens e o coordenador que é o vice cacique.

A Secretaria Municipal de Bem Estar Social, através da SOBEI, apoia o “projeto de estudo para implementação da agroecologia junto aos Guarani”, apresentado pelo agrônomo - horticultor Peter Jonathan Webb que vem desenvolvendo em conjunto com a comunidade atividades para formação de pequenos bosques de agrofloresta e cercas vivas com frutíferas, flores, espécies de plantas comestíveis, a partir de matrizes da própria aldeia.

Outras ações / edificações

A Fundação Prefeito Faria Lima / CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal desenvolve, através do PAPIN – Programa de Apoio aos Povos Indígenas, ações nas áreas de saúde, educação e cultura, integradas aos programas existentes.

Em razão do Projeto de criação da APA Capivari - Monos, a SVMA constituiu um GT para atuar com as comunidades Guarani. A questão indígena vem sendo debatida na SVMA e no GT de Educação que abrange a escola da aldeia da Barragem.

Um dos representantes da comunidade, Valdelino Cordeiro Veríssimo é presidente do Instituto “Teko Arandu” que, segundo seu presidente é formado pelas comunidades Guarani do Estado de São Paulo cujos grupos de dança e música participaram da gravação de um CD. Segundo ele, a intenção é agregar novas comunidades para gravação de um segundo volume, e o objetivo básico é gerenciar as questões relativas à distribuição, comercialização, direitos autorais, etc. Segundo os estatutos do Instituto, entretanto, estão previstas outras ações.

Um pouco afastado dos núcleos residenciais encontra-se uma antiga e grande edificação abandonada que servia de instalação da antiga rádio Tupã (pertencente à rede Tupi) que a comunidade gostaria de recuperar para constituir um centro de informações e cultura Guarani.

Edificação abandonada da rádio Tupã

ÁREA INDÍGENA GUARANI DO KRUKUTU

Nome

Conhecida como aldeia do Krukutu, a comunidade escolheu TEKOA PYAU, como nome guarani do lugar.

Localização e acesso

Situada na zona sul do município de São Paulo, no distrito de Parelheiros, no bairro Barragem, grande parte da área indígena está às margens da represa Billings. Do centro de São Paulo (Praça da Sé - catedral), dista cerca de 55 km.

O acesso se faz pela Avenida Senador Teotônio Vilela até o centro de Parelheiros. A partir da Praça Professor Júlio César de Campos (centro de Parelheiros - igreja matriz), segue-se à esquerda pela estrada da Colônia por 5,3 km. Do centro do bairro Colônia (igreja) segue-se pela estrada da Barragem por cerca de 7,5 km (cruzando a estrada de ferro – FEPASA na altura de 4 km), até a comporta da represa Billings, situada à esquerda. Atravessando a comporta, percorre-se 2,4 km pela estrada do Curucutu, dobra-se à esquerda (estrada velha) e novamente a 2ª à esquerda após 200 m. Segue-se 1,6 km até a entrada da Área Indígena do Krukutu.

Situação Fundiária :

A comunidade Guarani possui cerca de 25,88 ha de área demarcada e homologada conforme decreto nº. 94222 de 14/04/87 (DOU 15/04/87. Proc. SPU 3929/88-46. Nos últimos anos a comunidade vêm fazendo gestões junto à FUNAI novos estudos de Identificação para ampliação dos limites. O último documento em reposta à solicitação da comunidade, data de 09/03/2000. (anexo)

OBS.: A situação fundiária da região onde se insere esta aldeia é a mesma descrita na Situação Fundiária da Aldeia Morro da Saudade (Barragem).

População

Conforme os levantamentos realizados pelo PSML - Projeto de Saude Martim de Lima e pelo agente de saúde indígena da FUNASA, e atualizados em setembro / outubro de 2000, há na aldeia 27 casas que abrigam cada qual uma família nuclear e agregados. Há 3 casas de moradores solteiros.

Nesta aldeia com menor número de famílias é possível visualizar recentes relações matrimoniais entre jovens de aldeias situadas em regiões mais distantes. As relações atuais principais se dão com as aldeias Morro da Saudade, Boa Vista, Jaraguá, Aguapeu, Itaoca, Rio Branco, Ilha do Cardoso, Palmeirinha, Rio das Cobras, e relações antigas com aldeias do Rio Grande do Sul não especificadas.

Em relação ao relatório do diagnóstico da aldeia Krukutu, (Projeto BRA 95/014 – Apoio à SEF/MEC e Secretarias Estaduais/Municipais de Educação na Implantação de Ações de Educação Fundamental no País), elaborado em outubro de 1997, não se observa alterações de ordem numérica significativas na população da aldeia. Segundo os dados do “Projeto de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – Aldeias Morro da Saudade e Krukutu” (MS/FUNASA, janeiro de 2000), houve uma pequena diminuição em 1999, revertida atualmente. É preciso considerar as oscilações naturais devidas à dinâmica social entre as aldeias Guarani. De todo modo, a população infantil com idade até 4 anos é de cerca de 33%.

A população residente na aldeia, durante o período de setembro/outubro de 2000 é de 127 pessoas, assim divididos por sexo e faixa etária:

Idade (anos)	mulher %	homem %
0 - 07	20	18
08 - 13	8	4
14 - 20	7,5	5
21 - 35	9	14
36 - 50	4	3
51 - 70	2	4
> 71	1,5	

Organização

Até meados dos anos 80, quando se iniciaram os levantamentos para sua demarcação, esta aldeia sempre esteve ligada politicamente à aldeia da Barragem. Isto é, as poucas famílias que nela viviam mantinham-se sob a chefia política e religiosa da aldeia da

Barragem. Em termos físicos, também se configurava como uma continuidade da Barragem, onde o acesso a pé era feito por trilhas que discretamente margeavam as ocupações vizinhas.

A partir de 1980, foram caciques da aldeia: Manuel da Silva, Nivaldo Martins da Silva, José Fernandes Soares. Desde 1998, o cacique é Ventura Karai Papai da Silva. A composição social da aldeia varia de acordo com os laços da família daquele que exerce a chefia geral da comunidade. Muitas famílias se fixaram e outras mudaram da aldeia nos últimos dez anos em razão da troca de caciques e lideranças pertencentes à grupos familiares de origem diversa.

Os representantes da comunidade para assuntos gerais e intermediação com instituições são: Marcos dos Santos Tupã, Olívio da Silva.

Os agentes de saúde atuais, contratados pela FUNASA, são: Geraldo de Oliveira Paula e Hélia Katu Vitorino. Há também prestigiados especialistas em ervas medicinais para uso exclusivo das comunidades Guarani (João Maria e Lúcio) e as parteiras Alice Martins da Silva e Francisca Mimbi Gonçalves.

A comunidade Guarani da aldeia do Krukutu criou a “Associação Indígena Nhee Porã” para encaminhar questões de interesse da aldeia. Esta associação não está registrada em cartório e possui um carimbo onde reconhece a autoridade de cacique e de seu presidente como seus representantes formais.

No que diz respeito às tradições religiosas, os papéis fundamentais são o dos dirigentes espirituais e pajés (*yvyraiija*) Adão Benites Papa, seguido de Jorge Benites da Silva. Há ainda os *xondaro mirim*, meninos e meninas que devem cuidar e guardar a *opy* (casa de rezas) e são guiados por Valdir Karai da Silva.

A comunidade está construindo uma nova e grande casa e rezas (*opy guaxu*).

Infra Estrutura, projetos e ações alternativas

Educação

Atualmente 13 crianças freqüentam a 1^a e a 2^a série e 6 crianças freqüentam a 3^a e a 4^a série na Escola da Barragem. O transporte dos alunos entre as aldeias passou a ser feito no período da tarde, a partir de agosto de 2000, por uma perua contratada pela SEE. Na falta deste serviço as crianças fazem o percurso à pé.

Há 2 representantes da aldeia e a educadora Dulcinéia Marcondes do PSML na Comissão Étnica e 1 representante no Conselho Geral do NEI.

Os principais problemas apontados pelos representantes são: necessidade de obediência às normas da SEE que impõem planejamento, calendário escolar e estrutura pedagógica não diferenciados; rotina diária escolar que não prevê as outras atividades cotidianas na aldeia; falta de material didático específico (possuem idéias de materiais que falem sobre a aldeia, o ambiente, a região, espécies naturais, as ervas medicinais, as políticas sobre a questão indígena, os direitos dos índios, etc.) além de materiais didáticos sobre as diversas disciplinas; falta de uma escola na própria aldeia; desmotivação com o NEI- SP.

Saúde

OBS.: A mesma estrutura e sistema da FUNASA vigente na aldeia da Barragem se aplica à aldeia do Krukutu.

Há uma construção de cerca de 3 x 4 m utilizada como farmácia e improvisado local de atendimentos de rotina.

A equipe de saúde da SES / FUNASA deve visitar a comunidade 1 vez por semana e atender pacientes desta aldeia no Posto de Saúde da Barragem sempre que necessário.

O PSML - Projeto de Saúde Martim de Lima possui projeto arquitetônico e recursos para edificação de um local de Atendimento à Saúde, cujas obras deverão ser iniciadas em novembro. Já obtiveram autorização da FUNAI e aprovação da equipe da FUNASA que sugeriu pequenas adaptações para otimizar o atendimento. Esta unidade se

constituirá numa unidade de apoio ao Posto de Saúde “Verá Poty” da aldeia da Barragem, ao qual estará vinculada, e para onde são encaminhados os casos, quando necessário.

O PSML atua somente no KRUKUTU desde dezembro de 99 e é coordenado pelo enfermeiro Uwe Weibrecht que administra o projeto e pela educadora Dulcinéia Marcondes que presta assistência aos agentes de saúde indígena na organização e realização das atividades e nos levantamentos de saúde. O PMSL está se articulando com a equipe de saúde da SES / FUNASA que pretende definir um termo de cooperação técnica com esta ONG.

Segundo representantes da comunidade, uma vez por semana, recebem a visita do Dr. Walter Labônia da equipe indigenista da SMA, que presta atendimento à comunidade desde 1985.

Saneamento e Abastecimento

O abastecimento de água é feito através de um poço tubular de 100 m de profundidade que abastece um reservatório de água que distribui água encanada para os núcleos residenciais. Este poço foi construído há cerca de 1 ano pela FUNASA, que vêm mantendo o sistema e solicitou à Sabesp que fossem feitos sistematicamente, a cada 4 meses, análise bacteriológica da água. Há ainda um poço comum que deveria estar desativado. Dentro da área demarcada há 1 mina de água.

Há dois banheiros coletivos, sendo um masculino e outro feminino, construídos pela FNS há 3 anos, que, segundo o responsável pelo Serviço de Engenharia de Saúde Pública da CORE - SP / FUNASA, necessitam reformas que estão sendo providenciadas. Há projeto da FUNASA para construção de 12 módulos sanitários coletivos.

A aldeia dispõe de energia elétrica desde 1992. A distribuição e instalação da rede nas casas vêm sendo feita pelos próprios índios e encontra-se precária e aparentemente perigosa. Não pagam o consumo de energia elétrica por determinação do cacique de então, que, na época, se recusou a receber as notificações da Eletropaulo.

No “centro” da aldeia, há um telefone comunitário solicitado pela FUNASA.

Apesar da solicitação da FUNASA à Adm. Regional Capela do Socorro, a ENTERPA não recolhe o lixo da aldeia.

Outras ações

A comunidade participará do Instituto “Tekoa Arandu” e da gravação do 2º CD. Segundo informam, participam do Instituto somente representantes de aldeias Guarani.

A Fundação Prefeito Faria Lima / CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal instituiu o PAPIN – Programa de Apoio aos Povos Indígenas que desenvolve ações em aldeias Guarani do Estado de São Paulo.

A comunidade, em conjunto com o PSML, idealizou um projeto para criação de uma cozinha coletiva para alimentação infantil, que se sustentará com produtos cultivados na própria aldeia e onde poderão exercer e transmitir ensinamentos da culinária tradicional aos jovens da aldeia.

ASPECTOS DO TERRITÓRIO GUARANI MBYA

As definições dos vários autores sobre o território Tupi Guarani provêm, ou são articuladas em função da grande dispersão da família Tupi Guarani e das migrações Guarani na região meridional. De tal forma o fator “movimento” está embutido na definição de território Guarani Mbya que é impossível caracterizá-lo sem se remeter aos movimentos migratórios e à dinâmica social desse grupo decorrente da rede de parentesco que envolve todas as suas aldeias.

“A partir do início deste século as migrações Guarani em direção à costa Atlântica foram analisadas sob o ponto de vista religioso-político e registradas por autores consagrados da literatura etnográfica.. Hélène Clastres (1978) considera que as migrações religiosas encabeçadas por grandes profetas antecedem a Conquista. Métraux (1927), registra migrações Tupi Guarani no século XVI, Nimuendaju registra as migrações Guarani a partir do século XIX, mencionando movimentos migratórios realizados pelos Nhandeva ao litoral sul de São Paulo - bandos Taniguá (1820), Oguauiva (1860), Apapocuva (1870) e, em 1913, a chegada de um grupo, provavelmente Mbya Já no século XX, Schaden (1974) menciona a chegada de três grupos Mbya: em 1924, 1934 e 1946.” (Ladeira, 1996). Baseando-se no corpo de mitos e lendas que recolheu, “Leon Cadogan crê que a migração Mbya para o litoral brasileiro é mais remota do que se supõe.

No início deste século, a literatura etnográfica começa a registrar a presença dos “remanescentes” Guarani no litoral sudeste. Em 1902, Benedito Calixto registra a presença Mbya no planalto paulista, na atual região de Parelheiros. Podemos observar, entretanto que os documentos históricos e registros pouco sistemáticos sobre a presença Guarani Mbya e Nhandeva no litoral sul e sudeste não dão conta da realidade vivida por esses índios, sobretudo nos séculos anteriores, onde a ausência de fontes é quase total.

Através de depoimentos e histórias de vida colhidos nos últimos 20 anos em aldeias Guarani do litoral ES, RJ, SP, Pr, SC é possível identificar integrantes de grupos mencionados pelos autores citados bem como levantar outros movimentos originados no Paraguai, a partir da Guerra do Paraguai, e da Argentina até recentemente. Esses movimentos e relatos atuais vêm acrescentar novos dados e informações sobre o território desses índios, sobre seus pontos de parada e de

passagem e a formação de novas aldeias. Também é importante notar que os Guarani incorporaram o litoral, com suas serras, a mata Atlântica e o mar, como território “original” conforme mencionam relatos míticos da criação do Mundo.(Nimuendaju, Cadogan, Ladeira, 1990,92).

Embora os movimentos migratórios também possam estar relacionadas a fatores de parentesco, não devem ser confundidos, entretanto, com a mobilidade entre aldeias, relacionadas à dinâmica social - casamentos, visitas de parentes, intercâmbios, etc. (Ladeira, 1996)

A análise de versões dos mitos de origem e construção do mundo e da sociedade Guarani Mbya é fundamental para o conhecimento de algumas regras que definem os conceitos desses índios sobre o “mundo” (terra). No plano terrestre o mundo Mbya é formado pela dimensão do seu território tradicional e pelos *tekoa* (“aldeias”), fragmentos da terra que, através de sua distribuição ordenada no mapa original, representam os suportes e estruturas desse mundo.(Ladeira, 1992.

“As buscas da ‘terra sem mal’ e de uma ‘terra nova’ estrutura marcadamente seu pensamento e suas vivências; a ‘terra sem mal’ é a síntese histórica e prática de uma economia vivida profeticamente e de uma profecia realista, com os pés no chão. Animicamente, o Guarani é um povo em êxodo, embora não desenraizado, pois a terra que procura é a que lhe servirá de base ecológica, amanhã como em tempos passados. Durante os últimos 1500 anos - período em que as tribos Guarani podem se considerar formadas com suas características próprias - os Guarani se mostraram fiéis à sua ecologia tradicional, não por inércia, mas pelo trabalho ativo que supõe a recriação e a busca das condições ambientais mais adequadas para o desenvolvimento de seu modo de ser. A tradição, neste caso, é profecia viva. A busca da ‘terra sem mal’, como estrutura do modo de pensar do Guarani, dá forma ao dinamismo econômico e à vivência religiosa, que lhe são tão próprios”. (Meliá; 89:293)

Conservando um vasto território - que compreende partes do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai – “os Guarani conseguiram manter a configuração de seu mundo através de inúmeras aldeias distribuídas nesses limites. Entretanto, se o território dos Guarani não é ocupado de forma contígua por eles, este fato deve-se à expansão das sociedades nacionais em suas diversas esferas e não à perda de tradição desses índios com suas terras invadidas. Muito ao contrário, os Guarani conservam uma relação simbólica e prática com o ‘mundo original’... A ocupação Guarani em suas aldeias e território é, entretanto

incontestavelmente tradicional e acontece através de dinâmicas próprias e seculares e da manutenção da reciprocidade entre aldeias e famílias que habitam ‘permanentemente’ o mesmo espaço geográfico”.(Ladeira,97)

Nimuendaju (1987), já observara a perseverança dos Guarani, apontada em seus relatos sobre as caminhadas em direção ao mar, que presenciou no início do século. Hoje também se comprova a insistência dos Mbya em permanecer no litoral, muitas vezes em locais desfavoráveis e inadequados a eles, do ponto de vista da subsistência, e sem recursos. “Além do motivo comum - a busca da terra sem mal (yvy marãey), da terra perfeita (yvyju miri), o paraíso, onde para se chegar é preciso atravessar a ‘grande água’, o modo como os grupos familiares traçam sua história através das caminhadas, recriando e recuperando sua tradição num ‘novo’ lugar, faz com que sejam portadores de uma experiência de vida e de sobrevivência também comuns.” (Ladeira, 92)

Para Nimuendaju, etimologicamente, Paranapiacaba que Montoya transcreve como “Ybitu guaçu parana piahaba” tem o mesmo significado de dique do mar. Assim, a Serra do Mar é a terra que pode reter, esconder, proteger do mar. “Lugar de onde se vê o mar” era a tradução de Paranapiacaba, nome atribuído pelos antigos Tupi à Serra do Mar (1987:98,99).

Particularidades do Território Guarani

- Compreende regiões de vários Estados Nacionais (Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina) e por conseguinte, instâncias diversas de poder, políticas agrárias e legislações distintas sobre direitos territoriais, diferentes contextos regionais, econômicos e ambientais.
- Território geográfico amplo, não contínuo, compartilhado por distintas sociedades, conservado através do intercâmbio, da manutenção e formação de aldeias em locais estratégicos com referenciais simbólicos e práticos.
- A delimitação das áreas é “artificial”, pois seus limites são impostos, via de regra, em função da ocupação envolvente. Por essa razão é quase impossível observar o manejo tradicional em área contínua de mata.
- As atividades de manejo podem extrapolar os limites das áreas e acontecem no âmbito de aldeias situadas num mesmo complexo

geográfico/ambiental e mesmo entre aldeias localizadas em complexos geográficos/ambientais distintos e distantes.

É importante considerar ainda que, a despeito dos complexos regionais que agregam um conjunto de aldeias, os Guarani se pensam enquanto sociedade que se organiza social, política e economicamente dentro de uma configuração espacial que envolve todas essas partes do seu mundo.

OCUPAÇÃO GUARANI NA REGIÃO

Em 1902, Benedito Calixto registra a presença Mbya no planalto paulista, na atual região de Parelheiros e descreve as trilhas e caminhos utilizadas pelos Guarani em seus deslocamentos pela Serra do Mar e para as aldeias no litoral sul de São Paulo.

“No litoral, a parte justamente a mais agreste e inculta, entre a Ribeira de Iguape e a bacia fluvial do Rio Conceição, foi a zona por elles preferida. Ali estão elles verdadeiramente ‘em sua casa’; toda essa região é inteiramente despovoada, ninguém os encommoda, a não ser algum caçador que uma ou outra vez penetra nessas florestas. Dahi também lhes são fáceis as suas viagens para os centros povoados, pois estão apenas a tres e quatro dias de Santos e São Paulo, e a dia e meio de Itanhaém, aonde vêm vender o produto de suas industrias e fazer seus pequenos provimentos.

Os antigos habitantes da aldeia Itariry, faziam as suas sortidas para o interior, subindo o curso do Rio Guanhanhã que deságua no Rio Itariry: dahi em seguida até São Lourenço; subiam a serra e tomando o rumo oeste, transpunham os sertões que medeiam os municípios de Piedade, Pilar, Lavrinhas e Apiahy, atravessando nesse ponto o valle do Taquary que confina com o Rio Verde, onde existe o principal núcleo de aldeamento, como já referimos.

Hoje, esse trajecto esta quasi abandonado e suas viagens para o Rio Verde, são feitas por outro itinerário: ou seguem pelo Rio Branco de Itanhaém, subindo a serra até Santa Cruz dos Parelheiros e dahi a Santo Amaro, onde tomam a estrada geral até Sorocaba e Faxina; ou descendo pelo Rio Juquiá, seguem até Xiririca e dalli a Itapeva da Faxina, que dista apenas doze léguas de São João Baptista e do Rio Verde”. São estes, pois, os pontos por elles preferidos para os seus trajectos, entre esses dois núcleos, um no litoral e outro no interior, ambos isolados dos centros populosos. É necessario que nos esforcemos por conserval-os nessa posição, tão vantajosa para elles, protegendo-os e procurando de alguma fôrma pol-os a coberto da ganancia e do odio dos mestiços e demais invejosos que os aborrecem por indole e que os vão a pouco e pouco expulsando do aldeamento do Itariry e do Rio Verde.” (Calixto, Benedito; 1902)

As aldeias Guarani situadas no município de São Paulo foram formadas por grupos familiares cuja perspectiva é o acesso à Serra do Mar e a proximidade relativa do mar. Por isso são consideradas do ponto de vista territorial enquanto aldeias do litoral. Sua localização estratégica favorece a recepção, a permanência temporária, e cada vez mais definitiva, de grupos familiares vindos do interior. A importância da aldeia da Barragem como local de encontro e troca de informações já é notada no início da década de 80, assim como a interdependência entre as aldeias do litoral. “A mobilidade Guarani entre suas aldeias faz com que o território Guarani extrapole o limite de suas aldeias. Com a abertura de estradas e com o crescente desmatamento junto à Serra do Mar para fins imobiliários, os Guarani vêm desviando seu trajeto embora ainda identifiquem, com precisão e à distância, onde se situavam e ainda se situam, nas regiões não desmatadas, as trilhas de acesso aos locais de coleta, caça, pesca, extração de matéria prima para o artesanato e às aldeias. O caminho que liga as aldeias da Barragem e do Crucutu à do Rio Branco é o mais utilizado . Este percurso, que é feito à pé pelos índios em busca dos recursos naturais e nas visitas sociais, demonstra a estratégia de localização de seus núcleos.” (Ladeira, 1984)

Em depoimento, o antigo cacique da Aldeia da Barragem, Nivaldo Martins da Silva, relata as dificuldades de seu grupo, liderado então por sua avó Vitalina, parando e vivendo em várias aldeias do litoral de São Paulo, em busca de um lugar para formarem uma aldeia própria, no início dos anos 60. Conta do tempo em que se instalaram na Barragem e do documento (um comprovante de pagamento de imposto emitido pelo INCRA) no qual um particular doava, por escrito, a terra aos índios e de como, através deste documento, se protegiam de outros pretensos proprietários do terreno. (Nivaldo, 1984)

Anterior ao grupo liderado por Vitalina, viveram na aldeia da Barragem o grupo familiar de Xapé (Odair Castro) que se fixaram no local da aldeia da Barragem no final dos anos 40. (Azanha e Ladeira, 1988). Até hoje seus descendentes, filha, genro e netos, vivem nesta aldeia, sendo que sua neta é professora de guarani na escola.

Aspectos característicos da aldeia Morro da Saudade e da região foram novamente levantados em 1987 (Azanha e Ladeira, 88), em vista da importância social desta aldeia para os Guarani embora, na

época, não contasse com nenhuma infra-estrutura ou ação governamental:

“1. **A atuação do chefe José Fernandes**, excedendo a liderança espiritual e política na aldeia da Barragem, estende suas influências às demais aldeias. É ele que conduz as cerimônias do ñemongaraí, de imposição dos nomes às crianças, em praticamente todas as aldeias; é chamado a intervir nos casos delicados de saúde e de feitiçarias e nas questões políticas e/ou sociais através de seus conselhos. Pela sua história de vida pessoal conhece a fundo todas as aldeias do litoral – seus territórios de ocupação, origem e composição dos grupos locais e as divisas originais;

2. **a localização geográfica** da aldeia Morro da Saudade privilegia como ponto de passagem obrigatório dos Guarani das outras aldeias da periferia de São Paulo (Crucutu, Mboi-Mirim e Jaraguá) e do sul do país, que se dirigem ao litoral e vice-versa. Como já foi mencionado, o trajeto histórico dos Guarani rumo ao litoral é feito pela estrada da Barragem até a localidade de Engenheiro Ferraz, seguindo-se pela trilha indígena até a aldeia do Rio Branco, de onde estão relativamente próximas as aldeias de Itariri e Bananal. De Engenheiro Ferraz também podem atingir as aldeias do litoral norte, seguindo até Santos e Bertioga e daí, pela “estrada velha”, chegar até as aldeias do Silveira, em Barra do Una e Boa Vista, em Ubatuba;

3. **sua proximidade em relação à Serra do Mar** (cinco a seis horas de caminhada) e ao **centro de São Paulo**, o que possibilita aos moradores dessa aldeia acesso fácil às matérias-primas para a confecção do seu artesanato e à sua comercialização no centro urbano mais populoso da América Latina. A grande maioria dos Mbya das outras aldeias do litoral ou mesmo das aldeias localizadas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul passam temporadas na aldeia Morro da Saudade, de onde partem diariamente para o centro de São Paulo para venderem sua produção artesanal, que lhes possibilita a aquisição dos bens industrializados hoje indispensáveis (roupas, tecidos, panelas, sabão, querosene, etc.);

4. o **tradicionalismo do grupo familiar dominante e da chefia**, concorre para a eficiência das práticas religiosas e/ou rituais que vigoram no cotidiano, com a participação intensa da grande população infantil, promovendo uma forte coesão social – o que possibilita o controle de eventuais cisões”.

Com relação à aldeia do Krukutu, situada a 5 km de distância, era considerada “um prolongamento da aldeia Morro da Saudade, pois seus moradores, além dos vínculos familiares, da organização conjunta para o plantio do milho e do feijão, encontram-se sob a orientação espiritual de José”.

Assim como em outras aldeias do litoral, em função de interesses sobre as terras, foram propostas ações judiciais contra as comunidades Guarani dessas aldeias:

- Ação de Reintegração de Posse (comarca de São Paulo) proposta por Arthemio Pompeo Ferrara contra a Comunidade Guarani de São Paulo (aldeia da Barragem), 1984. Sentença favorável à Comunidade Guarani.
- Ação de Interdito Proibitório movida por João e Benedito R. Hessel contra a Comunidade Guarani de São Paulo (aldeia do Krukutu), 1985. Sentença favorável à Comunidade Guarani.
- Ação de Embargos de Terceiros (comarca de São Paulo) proposta pela Comunidade dos Índios Guarani da Barragem na Falência da SA Rádio Tupã. Sentença favorável à Comunidade Guarani.

ASPECTOS JURÍDICOS

De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal “são reconhecidos aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, bem como sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições”.

1º - “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessárias a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

2º - “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

Segundo o professor Dr. José Afonso da Silva (Os Direitos Indígenas e a Constituição, NDI, 1993), as condições do parágrafo 1º são “todas necessárias e nenhuma suficiente sozinha”. Assim, “não se vai tentar definir o que é habitação permanente, modo de utilização, atividade produtiva, ou qualquer das condições ou termos que as compõe, segundo a visão civilizada, a visão do modo de produção capitalista ou socialista, a visão do bem-estar do nosso gosto, mas segundo o modo de ser deles, da cultura deles”. (grifo nosso).

Conforme explicita, o mesmo autor “Terras tradicionalmente ocupadas não revela aí uma relação temporal”. “Tradicionalmente refere-se não a uma circunstância temporal, mas ao modo tradicional de os índios ocuparem e utilizarem as terras e ao modo tradicional de produção, enfim, ao modo tradicional de como eles se relacionam com a terra, já que há comunidades mais estáveis, outras

menos estáveis, e as que têm espaços mais amplos em que se deslocam etc. Daí dizer-se que tudo se realiza segundo seus usos, costumes e tradições”. (grifo nosso)

Também no que se refere ao significado da expressão “terras que tradicionalmente ocupam” (art.231 da C.F.) o jurista e professor. Dalmo Dallari aponta algumas questões: “Qual o tempo que deve decorrer para que se possa dizer que existe uma tradição ? Aplicada aos costumes indígenas, essa expressão quer dizer muitos anos, ou alguns anos são suficientes? As comunidades indígenas são sedentárias, são nômades, são habituadas a abandonar um território e depois voltar a ele? Qual o critério seguido pelos índios para a contagem do tempo ? O índio está consciente da noção de tempo da sociedade não-índia e da importância dada ao tempo prolongado pelos aplicadores do direito dessa sociedade? O índio é capaz de simular um fato tradicional?”

Na verdade, Dallari discute como a aplicação dos conceitos “tradicional” e “ocupação” podem ou não ser coerentes com as características do grupo e se existem para o grupo conceitos similares, quando indaga: “como se caracteriza, de fato, a ocupação indígena? Quando é que se pode dizer que uma comunidade indígena está ocupando uma terra e quais os elementos que podem esclarecer a antigüidade da ocupação? A forma de ocupar uma área é a mesma para todos os grupos indígenas? Existe ocupação permanente, temporária e intermitente? Que dados ou sinais comprovam uma ocupação antiga ou recente? Só existe ocupação quando o índio está fisicamente presente num lugar, com a intenção de ali permanecer sempre, realizando trabalhos ou utilizando os recursos naturais?”

A partir dessas observações Dallari conclui que “Além da dificuldade que possa decorrer da noção geral de ‘tradição’ e de seus derivados, existe um significado específico quando se trata de aplicar tais conceitos a práticas indígenas e de retirar daí os elementos que irão embasar a interpretação jurídica num caso concreto”.

Júlio Gaiger (Direitos Indígenas na Constituição Brasileira de 1988, CIMI, 1989, p. 5) lembra que, segundo o artigo 231, cabe a União Federal demarcar e proteger as Terras Indígenas. Entretanto, “Os direitos dos índios sobre suas terras, porém, não dependem da demarcação. A demarcação é providência administrativa que visa identificar com maior precisão as terras indígenas, mas não tem o condão de constituir ou desconstituir direitos. O preceito constitucional de maior importância sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, todavia, é o que reconhece que o direito dos índios sobre eles é originário (art. 231, caput). Isso significa que a Constituição reconhece que os direitos territoriais indígenas precedem o Estado enquanto fonte de direito, exatamente por serem direitos anteriores ao próprio Estado. Coerentemente com esta compreensão, a expressão utilizada no texto constitucional, ao se referir aos direitos indígenas, é reconhecer. Em outras palavras, se os direitos indígenas são anteriores ao Estado, não cabe a Constituição senão reconhecê-los sabendo-os preexistentes”.

Relação de leis Indigenistas

(compilação João Winther, 2000)

Lei nº 5.371

05.12.1967

Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.

06.12.1967

Lei nº 6.001

19.12.1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

21.12.1973

Decreto n.º 58.824

14.07.1966

Promulga a convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre as populações indígenas e tribais.

20.07.1966

Convenção n.º 107

26.06.1957

Estabelece os princípios gerais para a proteção e integração das populações indígenas e tribais e semi-tribais de países independentes.

Decreto n.º 564

08.06.1992

Aprova o Estatuto da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.

09.06.1992

Decreto n.º 1.141

19.05.1994

Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.

20.05.1994

Decreto n.º 2

03.02.1994

Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de janeiro de 1992.

Decreto n.º 1.479

02.05.1995

Altera os artigos 2º e 6º do Decreto nº1.141, de 19.05.1994, que dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.

03.05..1995

Decreto n.º 1.775

08.01.1996

Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

09.01.1996

Decreto n.º 1.904

13.05.1996

Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, contendo diagnóstico da situação desses direitos no País e medidas para a sua defesa e promoção, com vista à redução de condutas e atos de violência, intolerância e discriminação e, conseqüentemente, a observância dos direitos e deveres previstos na Constituição Federal, especialmente em seu art. 5º.

14.05.96

Portaria Interministerial n.º 559/MJ/MEC

16.04.1991

Garante a educação específica e diferenciada para as comunidades indígenas, com acesso aos conhecimentos e o domínio dos códigos da chamada sociedade nacional; assegura o respeito aos processos próprios de aprendizagem; garante o ensino bilíngüe nas escolas indígenas; cria a Coordenação Nacional de Educação Indígena, no âmbito do MEC, para coordenar, acompanhar e avaliar as ações de governo nesta área; bem como prevê a criação de núcleos de educação escolar indígena no âmbito das secretarias estaduais de educação.

Portaria n.º 542/MJ-GM

21.12.1993

Aprova o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio

22.12.1993

Portaria n.º 14/MJ-GM

09.01.1996

Estabelece regras para a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terras indígenas a que se refere o § 6º do art. 2º do Decreto nº 1.775 de 08.01.1996.

INTERFERÊNCIAS DA LINHA DE TRANSMISSÃO DE 750Kv NAS COMUNIDADES GUARANI

Os Guarani percebem o ambiente enquanto totalidade. Desse modo, entendem todas as agressões à natureza como definitivas e extensivas ao mundo como um todo. As transformações ocorridas nas últimas três décadas, e que vêm se acelerando nos últimos anos, são vistas como um processo de destruição do mundo, sobretudo dos lugares onde podem viver enquanto índios Guarani, em especial a mata atlântica. Assim sendo, os “projetos de desenvolvimento” são entendidos como parte de um projeto global de degeneração ou de transformação da natureza, cuja avaliação parcial não se coaduna com a visão de mundo Guarani. Além das barreiras culturais, a avaliação pragmática dos efeitos dos projetos de desenvolvimento na natureza é inviabilizada pela negação, às sociedades indígenas e às comunidades afetadas, da informação e do controle dos processos e mecanismos de desenvolvimento da sociedade nacional. Marginalizados das discussões sobre o modelo de desenvolvimento e suas implicações, passam, de um modo geral, a julgar as conseqüências segundo parâmetros simbólicos/religiosos e princípios fatalistas. As perspectivas abstratas de futuro afetam o interesse pelas atividades tradicionais e pela coletividade, sobretudo nos jovens, levando-os à prática de ações imediatistas e individuais.

Em geral, os projetos de desenvolvimento geram recursos e benefícios que não atingem as comunidades indígenas, trazendo ao contrário, prejuízos irreversíveis. Assim são os projetos de saneamento que prevêm lançamento de esgoto tratado em rios que banham aldeias, a construção de represas que afetam os ciclos dos rios e a fauna, a construção de estradas e rodovias cortando as áreas e caminhos indígenas, projetos de eletrificação no entorno de suas áreas. Esse desenvolvimento, a cujos benefícios os índios têm acesso relativo que não compensam os danos, geram, por sua vez, necessidades e dependências que também impõem infra-estruturas que as comunidades não têm condições de arcar. Restam aos índios, com suas águas comprometidas, o consumo de águas impróprias ou a adaptação a sistemas de manutenção sempre ineficientes, a diminuição da fauna e da flora nativa. Da mesma forma a energia elétrica que chega próximo da aldeias, é distribuída de forma precária no seu interior, através dos próprios meios das comunidades. Todos esses benefícios da

modernidade constituem, pois, fatores de pressões a formas de usos e de consumo que geram dependências em todos os sentidos.

Em outra ocasião, já havia sido mencionado que “o caminho que liga as aldeias Guarani do Planalto às aldeias do litoral paulista e às várias trilhas de coleta, caça e de ligação a pequenos núcleos urbanos são parte intrínseca do território Guarani. Esse complexo da Mata Atlântica representa fonte de vida em termos sociais, culturais e de subsistência. É utilizado, secularmente, pelos Guarani das aldeias da Barragem, Krukutu, Jaraguá, da antiga Mboi Mirim, pelos Guarani das aldeias do sul do país (PR, SC, RS) quando de visita às aldeias situadas no Estado de São Paulo e pelas famílias das aldeias do litoral, principalmente do litoral sul – Rio Branco, Aguapeú, Itariri, Bananal (P.I. Peruíbe), Itaoca. A importância histórica do caminho que acompanha a estrada de Ferro Sorocabana e seu entorno não podem ser desconsiderados. Este caminho, ativamente percorrido pelos Guarani foi registrado na literatura histórica por Benedito Calixto, em 1902. Já nessa época, o autor enfatiza a necessidade de sua conservação. Parte desta área está inclusa no Parque Estadual da Serra do Mar (decreto 10251/77) e dentro dos limites da área tombada pelo Condephaat (Resolução no. 40 – 06/06/85). Consideramos ainda que a demarcação das aldeias do planalto, com áreas exíguas (Barragem – 26,30 ha; Krukutu – 25,88 ha e Jaraguá – 1.756 ha) previa, aos índios que nelas habitam, o usufruto dos recursos naturais contidos nesse complexo: aldeias do planalto, caminhos de ligação e trilhas de coleta e caça, aldeias do litoral sul. Importante dizer que a manutenção do intercâmbio entre as aldeias é imprescindível para a manutenção dos princípios políticos e sociais Guarani fundadas na chefia religiosa e familiar.” (1993)

Algumas observações sobre as interferências da LT 750kV no meio ambiente, em especial à fauna e à vegetação, são feitas a partir do entendimento e conhecimento dos Guarani.

Segundo os Guarani consultados, tanto o ruído emitido pelas LT que afugentam os animais quanto os desmatamentos nas faixas de servidão interferem no território dos animais. Por medo de atravessarem a faixa, estes têm seu território reduzido, tornando-se presas fáceis para os predadores. (Referem-se, aqui, às Linhas de Transmissão que tiveram as faixas de servidão totalmente desmatadas e que continuam sendo periodicamente “limpas” para manutenção da Linha. Segundo os técnicos de Furnas, no caso da LT 750 kV em questão, as torres são mais altas permitindo a regeneração da vegetação ao longo da faixa de servidão).

Outras considerações sobre os animais na região, feitas anteriormente, são reiteradas pelas comunidades atualmente. Segundo o raciocínio Guarani, “cada animal tem seu lugar”. Assim as antas (*mbore*) e as antas pequenas (*tapii*), para sobreviverem precisam da vegetação e

dos frutos existentes nas partes altas e não nas baixas onde, devido a existência de muitos sítios, já se encontram degradadas. Portanto, o desmatamento também de parte das áreas mais altas diminui o território das antas, confinando-as num espaço menor. Este fato, segundo afirmam, pode causar (nos brancos) a ilusão de que o número de antas teria aumentado, pois, em certos locais, devido ao confinamento, seriam mais visíveis. No entanto, a redução do território gradualmente provocaria a extinção das antas. Poderia ocorrer uma concentração maior de animais em espaços menores mas não o aumento da quantidade. E as onças (*xivi*) – que têm um importante significado na mitologia Guarani – atacariam e consumiriam mais rapidamente as antas. Com a extinção das antas, e na falta de animais de porte, as onças passariam até a “atacar” as pessoas, ou então a caçar maior número de animais miúdos, provocando também a diminuição dos animais pequenos. Desse modo, “os animais pequenos e grandes, num território reduzido terão menos defesa contra seus próprios predadores”. (Depoimento dos Guarani Manoel da Silva, em 1993, e de Nicolau, em 2000).

Do ponto de vista cultural, antigamente, a caçada à anta significava a possibilidade de uma confraternização entre as famílias de várias aldeias, com a realização de uma festa e da divisão da caça. Os animais menores não possibilitam essas reuniões pois o consumo de sua carne restringe-se à família nuclear. Utilizam da anta, a carne para o alimento, os dentes para os colares, a pele para esteiras (tapetes). Caçam a anta com armadilha de laço. Antigamente, “quando havia mais mato e mais anta”, esses animais eram usados para o treinamento dos meninos na arte de caçar com arco e flecha, para aprenderem a ser um bom caçador.

Entre as espécies de onças (*xivi*) encontradas nessas matas estão a onça preta (*xivium*), onça pintada (*aguara*), e a onça vermelha ou sussuarana (*guaxuvarã*). Outros animais encontrados privilegiados pelos Guarani são:

Koxi (queixada) “não tem um lugar certo de permanência pois viaja muito de um lugar para o outro”. Este animal é considerado sagrado pois, segundo os mitos de origem, transita entre os mundos terrestre e celeste. Sua carne, devido ao baixo teor de sal, é considerada alimento especial para os Guarani. Os índios usam os dentes e a pele de *koxi* para confecção de artesanato e sua gordura como remédio

(massagem e ingestão). Também mencionam o tatu, kuati, paca, cotia, tamanduá, veado e os vários tipos de macacos. Embora sendo fonte de alimento, a caça não é prática cotidiana entre os Guarani. Essa tarefa abrange muitos outros significados práticos e simbólicos que só terão continuidade com a sobrevivência das espécies. Ainda hoje fazem excursões para caçar nas mesmas trilhas que percorrem para coleta de ervas medicinais, matérias primas para o artesanato e frutos silvestres.

Entre as aves mencionam o jacu, os periquitos (*kairyrym*) e os papagaios (*parakau*). Nhambu (cujas penas são requisitadas para o artesanato), *urui* (galinha silvestre), macuco, sarakura, *tukã* (tucano), *maino* (colibri), coruja (*urukorea*), sabiás, etc. Dentre essas aves e pássaros nem todos são comestíveis mas são apreciados por outros aspectos (canto, dança, cores).

As espécies vegetais encontradas nessas áreas de mata, mais citadas pelos Guarani são: brejaúva, guajuvira, guatambu, cipó imbé, ximbope, taquaras, embira, erva mate, ervas medicinais, sapé, juçara, jerivá, aração silvestre, cambuí, etc.

A erva mate (*kaa*) é encontrada nas áreas mais altas da Serra do Mar onde a temperatura é baixa. O caminho que une a aldeia do Rio Branco às aldeias do Krukutu e da Barragem é pontuado de erva mate. O consumo da erva mate é tradicional entre os Guarani que a incorporaram em seu corpo de mitos.

O palmito juçara (*jejy*) é um alimento tradicional, consumido com mel (*ei*). Os tocos dos palmitos e das palmeiras produzem certas larvas (*yxó*) que são consumidas após fritadas no próprio óleo. Além das palmeiras diversas, cujos frutos e folhas são usadas com diversas finalidades, destaca-se o jerivá (*pindo etei*). Há ainda as madeiras das quais utilizam as lascas para confecção de arcos e flechas, tais como o guatambu e a brejauvinha.

Segundo os Guarani, os *jurua* (brancos) as vezes querem fazer o melhor mas, sem saber, estão destruindo. Já os Guarani têm que saber o que vai acontecer com a destruição, mas estão só vendo pois sua “voz é ainda muito pequena”. Por trás de seus temores existem princípios éticos e religiosos relacionados à criação do mundo. Para os Guarani Mbya, os empreendimentos realizados pelos não índios significam a deformação dos elementos do mundo original. “*Nhanderu*

(nosso pai) criou esse mundo (as matas) para os Guarani viverem”. Portanto, “modificar o percurso ou a vazão de um rio ou interferir no lugar (*amba*) das criações de Deus (*Nhanderu mymba*) são artificios com os quais os Guarani Mbya, devido aos princípios religiosos e morais que fundamentam a sua vivência, não podem ser coniventes”.

Considerando que a LT 750 kV interfere diretamente nas áreas onde os Guarani realizam atividades de subsistência, que os impactos na natureza sempre causam novos danos e que cuidados e orientações devem ser tomados, as comunidades Guarani das Aldeias Morro da Saudade e Krukutu propõem, a seguir, as recomendações e medidas compensatórias.

RECOMENDAÇÕES

As interferências do Sistema de Transmissão de 750 kV atingem não só as comunidades indígenas da Barragem e do Krukutu, cujas áreas demarcadas encontram-se próximas da LT, mas o conjunto de aldeias Guarani com as quais estão interligadas, sobretudo as que utilizam mais sistematicamente o complexo geográfico em questão – aldeias do Rio Branco (mun. de Itanhaém), Aguapeú (mun. de Mongaguá), Itaoca (mun. de Mongaguá), Jaraguá (mun. de São Paulo). Desse modo, as recomendações e compensações também serão extensivas a uma parcela maior da sociedade Guarani.

As recomendações aqui apresentadas foram feitas em conjunto com representantes das comunidades da Barragem e do Krukutu. As duas primeiras recomendações, de caráter geral, referem-se à dois pontos básicos relativos ao meio ambiente e à terra, para os quais os Guarani pedem atenção também à FUNAI e demais Instituições de Governo, às empresas de saneamento, abastecimento e desenvolvimento, etc. A terceira diz respeito ao direito de participarem, de forma adequada, dos processos que afetem o destino de suas comunidades. As recomendações seguintes são dirigidas à FURNAS e referem-se às ações, cuidados e programas que devem ser realizados durante a implantação do empreendimento e que envolve, em algumas delas, ações conjuntas com a FUNASA e as escolas das aldeias.

Recomendações Gerais:

1. A partir desta data, nenhum outro projeto que afete a fauna, a vegetação, os rios e os caminhos das áreas de ocupação dos índios Guarani, e em seus entornos, deve ser permitido, conforme indicação no mapa de ocupação Guarani em anexo e cumprindo-se o decreto 1141 de 19/05/94. (anexo)

2. Solicitam a urgente proteção e regulamentação do entorno das Terras Guarani (conforme proposta de ampliação das comunidades, em anexo) e a regularização fundiária da região de modo a se conter a crescente, irregular e desordenada ocupação que acarreta maiores pressões ambientais e impõem projetos de infra-estrutura, contrários ao Zoneamento de Áreas de Proteção aos Mananciais da RMSP (conforme as Leis 898 de 18/12/1975, 1172 de 17/11/1976 e 9866/97). Concordam

com a aprovação da APA Municipal do Capivari-Monos como medida complementar e pedem agilização no processo de recuperação e despoluição da represa Billings.

3. Devem ser reconhecidas e consultadas as comunidades indígenas através de suas organizações e representações tradicionais, para ponderar e decidir, segundo seus modos e costumes, sobre quaisquer ações que afetem o meio ambiente em que vivem.

Recomendações Específicas

1. Proceder à recuperação imediata da vegetação suprimida na faixa de servidão e acessos aos locais de implantação das Torres.

2. A realização, nas próprias aldeias, de um programa de Comunicação Social informativo sobre os objetivos do empreendimento e suas interferências da Linha de Transmissão de 750 no meio ambiente e na paisagem local, bem como sobre possíveis acidentes na faixa de servidão e medidas preventivas de saúde, para esclarecimentos às comunidades indígenas da Barragem e do Krukutu e aos técnicos de saúde e educação que atuam nessas aldeias. Este programa deve ser realizado por profissionais de diversas áreas de conhecimento (engenharia, antropologia, biologia, saúde, direito, etc.). Orientação especial aos índios quanto aos cuidados que devem tomar na faixa de servidão da LT e nos locais das Torres, durante suas incursões nas matas, não acampando ou permanecendo nesses locais, evitando acidentes e exposição prolongada aos CEMs. Em razão da oscilação da população das aldeias Guarani decorrente das relações de parentesco, este programa deve ser realizado sistematicamente e intermediado pela equipe de saúde da FUNASA

3. Programa de orientação aos técnicos das áreas de planejamento da LT e aos trabalhadores das obras, sobre aspectos básicos da cultura indígena Guarani, sobre os direitos indígenas e a legislação específica atual, bem como monitoramento dos trabalhadores nas eventuais relações com os índios e suas comunidades. No que se refere aos contatos com estes, é preciso observar o que consta no Estatuto do Índio (Lei 6001/73) ainda em vigor, em seu artigo 58,

segundo o qual constituem crimes contra os índios e a cultura indígena: § I - escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição culturais indígenas, vilipendia-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática; pena – detenção de um a três meses; § II – utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos; pena – detenção de dois a seis meses; § III – propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados; pena – detenção de seis meses a dois anos.

4. Realizar programa especial, nas aldeias, às comunidades Guarani da Barragem e do Krukutu, sobre orientação e prevenção de doenças contagiosas e as sexualmente transmissíveis. Verificar se, na ocasião, o programa previsto pela FUNASA já estará em andamento.

5. Realizar programa educativo sobre eletricidade e o uso da energia elétrica, nas aldeias Guarani da Barragem do Krukutu e do Jaraguá que já consomem energia elétrica. Este programa deverá contar com a participação dos professores da escola da Barragem e do Jaraguá, e orientação antropológica.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

As medidas compensatórias foram propostas pelas comunidades, em ordem de prioridade, tendo em vista suas necessidades e preocupações. Estão previstas parcerias com as Instituições que já estejam desenvolvendo atividades consideradas de interesse das comunidades, evitando-se sobreposições de ações.

1. Participar, colaborando com a FUNAI, dos levantamentos para Identificação e Demarcação das áreas propostas para ampliação das Terras Indígenas Guarani Morro da Saudade (Barragem), Krukutu e Jaraguá - conforme indicações das comunidades (em anexo) no “Mapa de Ocupação Guarani”, abrangendo as “áreas de uso” circundantes e “áreas de estudo”, e na “Planta de Demarcação da Terra Indígena Guarani da Aldeia Jaraguá”, segundo as normas administrativas para demarcação de Terras Indígenas determinadas pelo governo federal (decr. 1775, anexo). A participação de FURNAS deverá ser definida com a FUNAI. As comunidades pleiteiam sobretudo as áreas de matas preservadas que já ocupam em atividades tradicionais e indicam também outras áreas no entorno, estrategicamente localizadas, possíveis para ampliação.

2. Recuperação e manutenção do sistema de eletrificação nas áreas coletivas das aldeias do município de São Paulo – Morro da Saudade (Barragem), Krukutu e Jaraguá – e da rede de distribuição interna. Essas ações devem contar com o acompanhamento da equipe de saneamento da FUNASA.

3. Promover gestões junto aos órgãos competentes para isenção dos custos de consumo de energia elétrica das aldeias Guarani Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá - incluindo o consumo das bombas dos poços artesianos das aldeias Morro da Saudade e Krukutu.

4. Realização de projeto de recuperação ambiental e subsistência abrangendo:

- Repovoamento das áreas Guarani (Barragem, Krukutu e Jaraguá) com espécies da vegetação nativa, sobretudo das mais utilizadas pelos índios, como fonte de alimento, saúde e em sua cultura material.

- Planejamento e implementação de construção de cercas vivas nas divisas das áreas Indígenas com estradas e ruas (aldeia Morro da Saudade e Jaraguá) e nos espaços internos de cultivos (roças de milho, feijão, mandioca, etc).

- Apoio às atividades de agricultura de subsistência desenvolvidas pelas comunidades das aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá (por um período a ser definido com essas comunidades) e implantação de pomares de frutos silvestres e exóticos que fazem parte da dieta Guarani.

OBS.: Este projeto deve ser realizado pelas comunidades Guarani desde o levantamento das espécies e escolha dos locais, até a organização do trabalho. O apoio solicitado refere-se à: sementes e mudas; ferramentas; alimentação para mutirões; fretes; deslocamentos entre aldeias para busca de cultivos tradicionais. Estas ações devem ser efetivadas com a participação das comunidades indígenas e técnicos ambientais indicados pela SVMA do município de São Paulo e contar com assistência técnica do agrônomo – horticultor que desenvolve “projeto de estudo para implementação da agro-ecologia junto aos Guarani”, através da Secretaria Municipal de Bem Estar Social.

5. Construção de açude na aldeia do Krukutu para criação de peixes como fonte alimentar ou lazer, em local escolhido pela comunidade, após a devida aprovação dos órgãos competentes. Recuperação dos pequenos açudes existentes nas aldeias Morro da

Saudade e Jaraguá, para criação de peixes como fonte alimentar ou lazer para as crianças.

6. Apoio à criação de uma cozinha comunitária artesanal (fogão e forno à lenha), na aldeia do Krukutu, para preparação e oferta de comidas tradicionais, sobretudo às crianças, como incentivo ao consumo da culinária Guarani e à produção dos gêneros necessários na própria aldeia. Este incentivo deve contar com a participação do Projeto de Saúde Martim de Lima.

7. Reforma de edificação situada no interior da área Guarani Morro da Saudade, onde operava a antiga rádio Tupã. Relativamente afastado dos núcleos residenciais, a comunidade pretende criar um centro de cultura Guarani, neste local, com informações e exposição permanente, para recepção de visitantes, sobretudo de estudantes. Para sua instalação e funcionamento inicial, são necessários recursos para levantamento, organização e montagem de acervo e exposição, além dos equipamentos adequados. Posteriormente o centro deve se manter com recursos próprios advindos das visitas planejadas. (A pedido da comunidade Guarani, a enfermeira da equipe indigenista da SMA Antonia Kelma Lydes Pereira e Silva apresentou os arquitetos Sergio Luiz da Fonseca e Joseir Barbosa de Oliveira que desenvolveram um projeto arquitetônico, de posse da comunidade).

BIBLIOGRAFIA**Documentos Consultados**

ABRICEM (Associação Brasileira de Compatibilidade Eletromagnética) – **Diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos variáveis no tempo (até 300 GHZ).** Comissão Internacional de Proteção contra Radiações Não-Ionizantes.

COSTA DA SILVA, Adriane – **Relatório Diagnóstico das aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá (SP).** São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, 1997.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA – **Relação dos Processos Judiciais em Áreas Guarani do Litoral.** 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – **Atendimento integral à saúde indígena & Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI,** Ministério da Saúde, Página da Internet: www.funasa.gov.br/

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A – **Relatório de Interferências Ambientais / Linha de Transmissão de 750 KV IVAIPORÃ-ITABERÁ III (Trecho Paulista) e ITABERÁ-TIJUCO PRETO III.** Volume I – Textos, Maio/1998.

GRANADO, Eliana M. – **Interferências de Linhas de Transmissão em Populações Indígenas.** Curso de Especialização em Análise e Avaliação Ambiental, PUC – RJ. 2000.

LADEIRA, Maria Inês – **Observações sobre o Projeto “Obras de Aproveitamento do Rio Capivari para o Abastecimento de Água da Região Metropolitana de São Paulo” e os impactos no meio ambiente, segundo os princípios éticos e de subsistência Guarani Mbya.** São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, 1993.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - **Situação Fundiária das Terras Indígenas no Brasil.** Brasília, Fundação Nacional do Índio, 11/01/2000.

RHODEN, Kuno Paulo – **Educação Indígena – Escola Indígena. Processo: 23001-000197/98-03 e 230001-00263/98-28.** Brasília, Ministério da Educação / Conselho Nacional de Educação, 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – **Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

STUCCHI, Deborah – **Informação Técnica: As Comunidades Indígenas Impactadas pela LT 750 KV**. São Paulo, Ministério Público Federal / Procuradoria da República/SP, 1999.

WHINTER, João R. – **Legislação Ambiental e Indigenista – Compilação**, São Paulo, 2000.

Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari – Monos: Caracterização Sócio Ambiental. Relatório Preliminar.SVMA Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Educação Ambiental e Planejamento, Divisão Técnica de Planejamento Ambiental, São Paulo, 1998.

Legislação Indigenista, Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, 1993.

Projeto de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – Aldeias Morro da Saudade e Krucutu, Secretaria de Estado da Saúde e Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde. São Paulo, Janeiro de 2000.

Referências Bibliográficas:

AZANHA, GILBERTO e LADEIRA, M. Inês.- **Os Índios da Serra do Mar - A presença Mbya Guarani em São Paulo**, Centro de Trabalho Indigenista, Nova Stella, São Paulo, 1987.

CADOGAN, León – “Ayvu Rayta”, In: **Boletim no. 227 Antropologia no. 5**, Universidade de São Paulo, 1959, São Paulo. “Los Mbyá”, In: **Las Culturas Condenadas**, Augusto Roa Bastos (org.), Siglo XXI Editores, México, 1978.

CALIXTO, Benedicto – “Os primitivos aldeamentos Indígenas e índios mansos de Itanhaen”. São Vicente, 1902. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Pp. 488-505, São Paulo, 1905.

CLASTRES, Hélène - **Terra sem Mal: o profetismo tupi-guarani**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1978.

GOLDMAN, Frank – “Artesanato dos índios do litoral sul”, In: **Revista Anhembi, ano IX, vol. 32**, São Paulo, 1959.

GUASCH, Antônio - **El idioma Guarani**, Ediciones del Autor, Buenos Aires, 1948

KRONE, R. – “O aldeamento do rio Itariry”, In: **Revista de Ciencia, Letras e Artes**, Campinas, 1949.

LADEIRA, Maria Inês – “Aldeias livres Guarani do litoral de São Paulo e da periferia da capital”, In: **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**, YANKATU, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984, São Paulo. “MBYA TEKOA: O nosso lugar”, In: **São Paulo em Perspectiva vol. 3. No. 4** - Ecologia e Meio Ambiente, Fundação Seade, 1989, São Paulo.

LADEIRA, Maria Inês – **Os Índios Guarani/Mbya e o Complexo Lagunar Estuário de Iguape-Paranaguá**, Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, Fevereiro / 1994.

LADEIRA, Maria Inês – **Os usos das terras e das águas**, Seminário “Tolerância” UNESCO, 1997/1998.

MELATTI, Júlio Cezar - **Índios do Brasil**, HUCITEC, 5^a. ed., Brasília, 1987.

MELIÁ, Bartomeu – “A experiência religiosa Guarani”, In: **O rosto índio de Deus**, Ed. Vozes, 1989, São Paulo. “**La tierra sin mal de los Guarani: economía y profecía**”, xerox, Paraguai-Brasil, 1987.

MÉTRAUX, Alfred – Migrations historiques des Tupi-Guarani, In : **Journal de la Société des Américanistes, N.S. XIX**, Paris, 1927.

MONTOYA, Padre. A. Ruiz – **Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani, ó mas bien tupi**, Maisonneuve y Cia, Paris, 1876.

NIMUENDAJU, C. - **Lenda da criação e do juízo final do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva-Guarani**, (1944), HUCITC/EDUSP, São Paulo, 1987.

SAGUIER, Rubén B. - **Literatura Guaraní del Paraguai**, Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1980.

SANTILLI, Juliana (org.) - **Os Direitos Indígenas e a Constituição**, Núcleo de Direitos Indígenas e Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1993.

SCHADEN, Egon – “Caracteres específicos da cultura Mbyá-Guarani”, In: **Revista de Antropologia**, vol. 11. No. 1 e 2, 1963, São Paulo. **Aspectos fundamentais da cultura Guaraní**, E.P.V./EDUSP, 3 ed., São Paulo, 1974.

SEABRA, O. & CARVALHO, M. & LEITE, J. C. (entrevistadores) – **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

SUSNIK, Branislava - **Los aborígenes del Paraguay**, vol. II, Museo Etnográfico Andres Barbero, 1980, Asunción. , 1983.

MAPAS DE OCUPAÇÃO GUARANI

Os mapas em anexo trazem informações sobre a ocupação Guarani nas áreas de mata Atlântica onde se insere o empreendimento de FURNAS LT 750 kV entre as Torres 642 e 674.

A “ocupação Guarani” aqui referida abrange:

- Terras Indígenas Guarani da Barragem e do Krukutu demarcadas, áreas de uso atual em atividades de subsistência e áreas para “estudo”, contíguas ou circundantes, que as comunidades solicitam para demarcação. Recomendam maiores levantamentos no entorno destas áreas, de forma a otimizar suas propostas.**
- Trilhas de coleta e áreas de matas utilizadas para subsistência.**
- Caminhos de ligação entre aldeias Guarani (Barragem / Krukutu / Rio Branco / Aguapeu / Itaoca, etc.), bairros e cidades.**

OBS.: Não existem bases cartográficas digitalizadas 1:10 000, da região. As montagens com base em fotos aéreas complementam o mapa com maiores informações sobre a situação ambiental e fundiária da região, com detalhe nas áreas envolventes às aldeias Guarani.

REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS GUARANI NO LITORAL / HISTÓRICO

Até meados dos anos 80, as aldeias Guarani situadas no litoral não eram reconhecidas pela FUNAI nem pelos governos estaduais. As exceções eram as Áreas Indígenas de Peruíbe e de Itariri, ambas no litoral sul de São Paulo, asseguradas por decretos estaduais em 1927 e 1962¹, e a aldeia de Parati Mirim, por ato informal do governo do Rio de Janeiro em 1960.

Em 1983, o CTI - Centro de Trabalho Indigenista encaminha ao recém assumido governo paulista (Franco Montoro - PMDB), um dossiê sobre as Áreas Guarani no Estado de São Paulo e um projeto para sua regularização fundiária. Devido o interesse do governo paulista, foi celebrado, em 20/12/84, um convênio entre a FUNAI e o Governo do Estado de São Paulo, cabendo à este os levantamentos técnicos e a demarcação física das áreas Guarani.

Até essa data a posição oficial era a de que as comunidades Guarani que viviam no litoral e no planalto paulista eram originárias do interior do Paraná, precisamente do Posto Indígena Mangueirinha para onde, segundo posição da FUNAI, na época, deveriam retornar, ou então se fixar nos P. I. já existentes em São Paulo: Araribá (interior) ou Peruíbe (litoral sul), criados para abrigar os Guarani Nhandeva. As aldeias Guarani situadas no litoral dos demais estados do sudeste e sul, praticamente não eram consideradas, existindo poucos registros, até os anos 70, precisamente sobre a presença Guarani no Espírito Santo e em Parati (RJ) e sobre a aldeia Morro dos Cavalos em Santa Catarina. Para a FUNAI as áreas indígenas deveriam ser administradas e controladas pelos Postos Indígenas, imposição que não era aceita pelos Guarani Mbya.

Em razão do modo de organização da sociedade Guarani determinado pelas dinâmicas sociais, pela ampla dispersão geográfica de suas aldeias, por sua história secular de contato e o comportamento

¹ P.I. Peruíbe - decreto estadual 28/10/1927 reconhece 480.47 ha; A . I. Itariri - decreto estadual 28/01/62 reconhece 809 ha (Governo de Carvalho Pinto). Em 1960, por ato informal do governo do Rio de Janeiro (Roberto Silveira), a aldeia de Parati Mirim também teria sido reconhecida.

ético-religioso em relação a terra que ocupam e procuram, os Guarani, de um modo geral, eram considerados “nômades e aculturados”, o que comprometia o seus direitos enquanto índios.

Na verdade, os Guarani nada pediam, só queriam viver em paz em suas aldeias junto as matas, com autonomia e sem nenhuma forma de controle por parte do Governo. A necessidade de regularização de suas áreas no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, deu-se em razão da rápida transformação desse litoral a partir da década de 70, com a construção de estradas e rodovias (principalmente a Rio - Santos), da crescente e desordenada ocupação e especulação imobiliária, da intensificação do turismo e da conseqüente invasão dos espaços Guarani.

No final do governo Montoro, em 1987, as áreas Guarani de São Paulo - Itariri (Serra dos Itatins), Rio Branco, Krukutu, Morro da Saudade, Jaraguá, Rio Silveira, Boa Vista - foram homologadas pela presidência da República. Exceção foi feita à aldeia de Mboi Mirim (município de São Paulo), onde o trabalho de delimitação foi paralisado por determinação da Cúria Metropolitana que reivindicava a propriedade do terreno.

A partir daí se inicia um processo. Também no Rio de Janeiro, o governo Brizola decreta, em 26 de agosto de 1987, a desapropriação para fins de utilidade pública, de 700 ha de terra para os índios Guarani do sertão do Bracui. Seriam desapropriadas fazendas que incidiam na área indígena e indenizados os posseiros. Porém, a verba destinada não foi repassada e o convênio com a FUNAI para a regularização fundiária prescreveu.

Em 1990, o CTI apresenta à FUNAI um relatório antropológico e fundiário sobre as aldeias Guarani situadas na região lagunar estuarina do Paraná, nas Ilhas Peças, Superagui e Cotinga, apresentando proposta de delimitação da aldeia da Ilha da Cotinga e, em 1991 realiza um levantamento das comunidades Guarani no litoral de Santa Catarina, encontrando 6 aldeias e 6 locais desocupados, solicita a demarcação de Mbiguaçu, Morro dos Cavalos e Brusque.

Entre 1992 e 1995, a FUNAI intensifica os trabalhos de identificação de Terras, promovendo convênios com outras instituições para agilizar os processos. Nesse quadro, através de convênio com o CTI, as três áreas do Rio de Janeiro (Bracui, Araponga e Parati Mirim) e

mais uma em São Paulo (Aguapeu) foram identificadas. A aldeia do Bracui teve, então, 2.106 ha delimitados. Nesse período, a FUNAI também concluiu a identificação da Área Guarani da Ilha da Cotinga no Paraná e iniciou os estudos de Identificação de Itaoca em São Paulo, Mbiguaçu e Morro dos Cavalos em Santa Catarina; No Rio Grande do Sul foram identificadas as áreas, Irapua (interior), Taim, Pacheca, Aguas Brancas, Cantagalo, Capivari, Barra do Ouro e Varzinha e a de Salto do Jacui que, embora no interior, é importante ponto de passagem para famílias que dirigem-se à aldeias do litoral. Também realizou os estudos para ampliação das Áreas Tupiniquim no Espírito Santo onde encontram-se as aldeias Guarani Boa Esperança e Três Palmeiras.

Em 1996, o relatório encaminhado ao DNER sobre as áreas Guarani afetadas pela duplicação da Br 101 em SC no trecho Guaruva – Palhoça, elaborado por integrantes do CTI, UFSC - Universidade Federal de SC e da FUNAI, aponta 22 locais de ocupação Guarani, entre os quais 10 aldeias formadas por famílias Mbya e Nhandeva. A partir das recomendações contidas neste relatório, a FUNAI constituiu, em 1998, um GT para eleição, identificação e delimitação das áreas de ocupação Guarani na área de influência da Br 101 em SC e outro para complementação dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Mbiguaçu. Durante os trabalhos o GT levantou 15 aldeias ocupadas. Ainda em 1998 a FUNAI identificou a aldeia de Massiambu e, em 1999, iniciou novos estudos sobre Morro dos Cavalos e criou GT para eleição de uma área para ser adquirida em favor das comunidades de Morro dos Cavalos e Massiambu, conforme convênio entre FUNAI e TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil. Até o momento, em SC, somente a área de Mbiguaçu teve o parecer favorável da FUNAI publicado no Dou.

Em 1998, Cantagalo e Varzinha (RS) são revisadas. Em 1999, é publicada portaria ministerial declaratória das Terras Indígenas Pacheca, Águas Brancas e Capivari, no RS, e Salto Grande do Jacui (interior RS)) é homologada. Em 2000 foi constituído GT para reestudos de Identificação da área Guarani do Rio Silveira (SP) e Identificação de São João Batista (SP). Até 2000, das áreas identificadas a partir de 1992, foram homologadas: Bracui, Araponga, Parati Mirim e Ilha da Cotinga, Aguapeu. Também foi homologada a área do PI Peruipe, com os mesmos limites decretados pelo governo estadual em 1927.

Mesmo com o reconhecimento formal, as áreas de Aguapeu (identificada em 1993 e homologada em 1998) e de Itaoca (portaria ministerial em abril de 2000), ambas situadas no município de Mongaguá (SP), abrigam, as duas juntas, cerca de 70 posses em seu interior nas terras apropriadas para agricultura.

Apesar da exiguidade das áreas destinadas aos Guarani, não tem sido fácil para esses índios obter o reconhecimento de suas terras. Os processos judiciais envolvendo as terras Guarani, em todos os estados do Brasil, começam sua história a partir do início dos procedimentos formais para sua regularização fundiária. Para os Guarani, a demarcação significa a deformação de seu território e o seu próprio confinamento, porém estão conscientes de que, no mundo atual, esta é a única alternativa.

TERRA INDÍGENA GUARANI do JARAGUÁ

////////// : Proposta de ampliação

N.º de Famílias : 23

População aproximada : 90 pessoas

Crianças : 50%